

Evolução do conceito estratégico nacional – O caso de Angola (2002 – 2017)

Autor: Mamadjam Dinis Djaló

Orientador: Prof. Doutor António Silva Ribeiro

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Estratégia

Lisboa
2021

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

Evolução do conceito estratégico nacional – O caso de Angola (2002 – 2017)

Autor: Mamadjam Dinis Djaló

Orientador: Prof. Doutor António Silva Ribeiro

Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Estratégia

Júri:

Presidente:

- Doutor Heitor Alberto Coelho Barras Romana

Vogais:

- Doutor António Manuel Fernandes da Silva Ribeiro

- Doutora Sandra Maria Rodrigues Balão

- Doutor Pedro Miguel Moreira da Fonseca

Lisboa
2021

Dedicatória

A minha mãe, *a djarrama* Cade Bari¹.

¹ Obrigado Cade Bari, em língua fula.

Agradecimentos

Os meus agradecimentos vão a todos quantos possibilitaram de forma directa ou indirecta a realização deste estudo. O estudo resulta de um processo que teve várias fases, ao longo das quais fomos confrontados com interrogações e dúvidas, nestas, os vossos contributos foram fundamentais.

Quero particularizar estes agradecimentos ao corpo docente do ISCSC-UL, pela disponibilidade e pelos saberes transmitidos, especialmente para a coordenação do Curso de Mestrado em Estratégia, na pessoa do Professor Doutor Heitor Barras Romana. Um agradecimento especial a Professora Doutora Cláudia Vaz pela sua total disponibilidade.

A Professora Doutora Ana Esgaio, pelo carinho e acompanhamento constante, desde o início da minha caminhada Iscpiana, o meu obrigado. Um obrigado extensivo ao Professor Doutor Hermano Carmo.

Ao meu orientador, o Professor Doutor António Silva Ribeiro, quão Almirante que é, por me ter guiado rumo ao porto seguro, os meus agradecimentos. Sem a sua sábia orientação, não teria chegado tão longe.

Quero igualmente agradecer ao Centro de Estudos Estratégicos de Angola, na pessoa do Coronel Manuel Correia de Barros, pela disponibilidade em me receber e pelos esclarecimentos prestados. Ao Mestre António Cafussa, docente da Universidade Agostinho Neto, o meu muito obrigado pela disponibilidade.

Aos meus colegas e amigos, pelo estímulo que constituiu as infinitas discussões e trocas de impressões sobre assuntos de índole académica, que certamente se refletem neste trabalho, o meu obrigado.

Aos meus familiares, por nesta fase da minha vida me apoiarem e encorajarem para embarcar nesta empreitada, sinal de confiança que sempre depositaram em mim, obrigado.

Um obrigado especial a família Guadalupe.

Resumo

Pelo potencial estratégico que encerra, decorrente da geografia e dos recursos naturais existentes no seu subsolo, Angola levanta posicionamentos e disputas estratégicas, cujas dificuldades só podem ser superadas e as eventualidades exploradas com a instituição de um poder organizacional competente e dinâmico que implica a necessidade de uma consciência geopolítica activa. A história recente de Angola é disso um exemplo eloquente. A sustentação da guerra civil de que o país foi palco, muito se deveu a disputas geopolíticas no quadro da Guerra Fria.

Neste trabalho abordamos o Conceito Estratégico Nacional (CEN) e a sua aplicação ao caso angolano. A análise abrange o período de 2002, que marca o fim do conflito ao ano de 2017. Com recurso a análise de documentos emitidos pelo Estado angolano e de entidades com interesse em apresentar visões programáticas sobre o país, foi-nos possível com base na identificação dos Interesses nacionais (IN) e os Objectivos nacionais (ON) que preconizam e o alinhamento destes com as Aspirações nacionais (AN), inferir sobre o CEN no caso angolano.

Concluimos que não se afigura a existência de um CEN no período em análise, no entanto, mostra-se possível a concepção e implementação de um CEN no caso de Angola.

Palavras chave: Conceito Estratégico Nacional, Planeamento estratégico, Sistema Planeamento Angolano, Objectivos nacionais Angola, Interesses nacionais Angola.

Abstract

Angola raises interests and geopolitical disputes due to its strategic potential, which has to do with its geographical location and its abundance in strategic resources. Those interests and disputes can only be overcome and taken advantage of by setting up a competent and dynamic organizational structure which depends on an active geopolitical awareness. The recent period of Angolan history it is a great example of that. The support and sustenance of the civil war which eroded the country was due to geopolitical disputes in the framework of the Cold War.

In this study we assess the applicability of National Strategic Concept to the Angolan case. The analysis covers the period from 2002, which marks the end of the conflict to the year 2017. Based on the analysis of documents issued by the Angolan State and entities interested in presenting programmatic visions about the country, we were able by identifying the Interests and goals that they advocate and their alignment with the national Aspirations to infer about a National Strategic Concept for the Angolan case.

We concluded that there is not elements that may account for a National Strategic Concept in Angola on the period under review, however, it is possible to design and implement one.

Key-words: National Strategic Concept; Strategic Planning, Angolan Planning System, Angolan national interest, Angolan national goals.

Lista de Siglas e Abreviaturas

AN – Aspirações Nacionais

BM – Banco Mundial

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África de Sul

CASA-CE – Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral

CEDN - Conceito Estratégico de Defesa Nacional

CEEA – Centro de Estudos Estratégicos de Angola

CEN - Conceito Estratégico Nacional

CER - Comunidades Económicas Regionais

CRA - Constituição da República de Angola

CUA - Comissão da União Africana

EUA – Estados Unidos de América

FAA - Forças Armadas Angolanas

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

GURN – Governo de Unidade e Reconciliação Nacional

IDE – Investimento Directo Estrangeiro

IDN – Instituto de Defesa Nacional

IN – Interesses Nacionais

LCA - Lei da Revisão Constitucional Angolana de 1992

LDNFA - Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

ND – Nova Democracia

ON – Objectivos Nacionais

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PND -Plano Nacional de Desenvolvimento

PR– Presidente da República

PRS – Partido de Renovação Social

SPI – Sistema Político Internacional

UA – União Africana

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

Lista de Figuras

Figura I. Integração de Angola no SPI	23
Figura II. Matriz de afinidade/integração	53

Índice

Dedicatória.....	I
Agradecimentos	II
Resumo	III
Abstract.....	IV
Lista de Siglas e Abreviaturas	V
Lista de Figuras	VII
Índice	VIII
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I: CONCEITOS OPERACIONAIS	13
CAPÍTULO II – AMBIENTE DE EXECUÇÃO DAS ETRATÉGIAS GOVERNATIVAS ..	21
2.1 Enquadramento geoestratégico	21
2.2 Sistema político governativo.....	25
2.2.1 Organismos.....	29
2.2.2 Presidente da República	30
2.2.3 Órgãos de Planeamento Estratégico.....	31
CAPÍTULO III – ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS POLÍTICOS	34
3.1 Constituição da República de Angola	34
3.2 Africa no horizonte 2063.....	36
3.3 Estratégia Angola 2025	37
3.4 Programa governo MPLA 2012-2017.....	39
3.5 A UNITA e a Agenda Angola 2030.....	41
3.6 Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas	43
CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DO CONCEITO ESTRATÉGICO NACIONAL.....	45
4.1 O CEN e as dimensões/categorias das Aspirações, Interesses e Objectivos nacionais	45
4.2 O CEN e os eixos centrais da estratégia total	49
4.3 O CEN e a afinidade dos instrumentos políticos.....	50
4.4 Os instrumentos políticos, as Aspirações, Interesses, Objectivos nacionais e os eixos centrais da estratégia total	55
CONCLUSÕES	56
Grandes linhas do procedimento seguido.....	56
Contributos para o conhecimento.....	60
Contributos de ordem prática	61

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62
APÊNDICE	69
Apêndice I – Livro de códigos	70
Apêndice II – Tabela síntese AN, ON e IN e os instrumentos analisados	72

INTRODUÇÃO

O presente trabalho representa a dissertação elaborada com vista a obtenção do grau de mestre em Estratégia pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-UL) no quadro do mestrado em Estratégia. O tema que nos propomos desenvolver é a Evolução do Conceito Estratégico Nacional com o título “Evolução do conceito estratégico nacional - O caso de Angola (2002-2017)”.

Angola é um Estado que apresenta atributos consideráveis, tanto a nível das geratrizes estruturais como as conjunturais do poder, que para além de lhe conferir um enorme poder potencial, geram posicionamentos estratégicos de interesse e relevância para a área científica dos Estudos Estratégicos se atendermos aos fundamentos da Geopolítica, Geoestratégia e dos Estudos da Subversão.

Considerando as geratrizes estruturais do poder, como a geografia e a população, em termos de dimensão territorial, Angola é o vigésimo quarto país com maior dimensão, a nível mundial (CIA, 2018). No factor população, a projecção para 2018 aponta para 29.250.009 habitantes, quando em 1980, tinha apenas 5.800.000 habitantes (INE, 2018).

Das geratrizes conjunturais, temos a registar ocorrência de enormes quantidades de recursos estratégicos no seu subsolo,² o que em determinadas conjunturas confere aos Estados “períodos de grande força e poder” (Almeida, 2012). Também a registar que entre 2004 e 2007 “a economia angolana gozou de um crescimento real de 94,7% (...) conseguiu praticamente duplicar o seu PIB, com um crescimento real médio anual de cerca de 17,8%” (Gonçalves, 2011, p. 76).

² Angola é um dos maiores produtores de petróleo no continente Africano (SONANGOL, 2018) e detentor da décima sétima maior reserva conhecida de crude do mundo (CIA, 2018). Os Diamantes contribuíram com 9 mil milhões de dólares anuais para os cofres do Estado segundo dados da SODIAM e do Ministério das Finanças de 2012 in (Veríssimo G. d., 2014, p. XXVI).

Também avulta o facto de Angola assumir ambições geopolíticas, dizia o então Presidente José Eduardo dos Santos que “Angola, no alvorecer do século XXI, almeja ser um país modelo em África e uma potência regional”.³

As ambições geopolíticas de Angola foram renovadas pela nova liderança, com o Presidente João Lourenço a afirmar em relação aos BRICS⁴ “Vosso exemplo nos inspira e nos motiva, a trabalhar com a ambição de almejar o objectivo de algum dia se poderem acrescentar outras letras a sigla BRICS”.

No prefácio da obra *Elementos de Geopolítica e Geoestratégia* (Veríssimo G. , 2013) Luís de Oliveira Fontoura, aconselha a quem use o poder em Angola a “montar um poder organizacional competente e dinâmico”. No mesmo texto chama a atenção para a necessidade de Angola “construir uma consciência geopolítica viva e activa” (Veríssimo G. , 2013, p. XXIII).

Para além do interesse académico e científico do tema para a área dos estudos estratégicos, como aludimos anteriormente, motiva-nos o facto do objecto do trabalho ora proposto, a identificação e a dedução da existência de um Conceito Estratégico Nacional (CEN) angolano no período 2002-2017 puder concorrer para o estabelecimento de “um poder organizacional competente e dinâmico” e a construção de “uma consciência geopolítica viva e activa” em Angola, conforme aconselha Luís de Oliveira Fontoura.

No espaço da lusofonia, temos a destacar a obra de José Ângelo Correia (2015), cuja estruturação seguimos de muito perto na elaboração do presente trabalho, dada a sua abordagem directa ao CEN. Também, destacamos os trabalhos desenvolvidos por Golbery do Couto e Silva, António Silva Ribeiro, Adriano Moreira, Abel Cabral Couto, Loureiro dos Santos, Manuel F. Martins.

³ Presidente José Eduardo dos Santos, na cerimónia de cumprimentos de fim de ano ao corpo diplomático, Jornal EME, Luanda, 8 – 14 janeiro de 2011, Política pag. 11 In (Rodrigues A. A., 2013, p. 13).

⁴ Discurso do Presidente João Lourenço na 10.ª Cimeira do BRICS na África do Sul, 27 de Julho de 2018 (ANGOP, 2018b). A sigla BRICS, remete para os países membros, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, para este último, a letra S reporta para a sua designação na língua inglesa (South Africa).

Centrado nos processos estratégicos e no seu conteúdo, temos documentos oficiais publicados em alguns países, avultando os exemplos da Alemanha, EUA e do Reino Unido referidos por José Ângelo Correia (Correia J. Â., 2015)

No caso de Angola, não conseguimos identificar nenhuma obra que tenha como objecto de estudo, o CEN.

Para trabalhos de cariz mais académico, encontramos as obras do general Gilberto Veríssimo, *Elementos de Geopolítica e Geoestratégia* (2013) em que aborda a história e a evolução da geopolítica com destaque para os percursores desta disciplina, teorias e teóricos da mesma. Estabelece também uma interligação entre a geopolítica e o planeamento político estratégico, efectuando uma incursão sobre a geopolítica de Africa.

Na sua tese de doutoramento publicada em livro, com o título *A Posição Estratégica de Angola no Golfo da Guiné - Contributo às Políticas Externa e de Defesa* (2014) ele efectua uma análise sistemática dos actores em presença naquele espaço, identificando os conceitos estratégicos que devem enformar as linhas de força da política externa e da defesa de Angola no âmbito daquela organização. Esta obra revela-se-nos de especial interesse pela similitude da abordagem, por se ter deduzido a partir de documentos oficiais, os interesses nacionais e os objectivos nacionais permanentes com base nos quais deduz os objectivos nacionais actuais de Angola.

Temos a assinalar ainda a obra *A Questão de Cabinda - Uma Visão Estratégica (Evolução da Situação e Cenários de Futuro)* – (2013) do Miguel Domingos Bembe, em que se debate à questão de Cabinda e se efectua uma prospecção de possíveis cenários de relacionamento entre o governo central de Angola e as elites cabindenses com pretensões emancipatórias.

Revela-se de grande interesse, pelo seu carácter institucional, a obra produzida pelo Centro de Estudos Estratégicos de Angola (CEEA) publicada em 2006 e intitulada *A Geopolítica e Geoestratégia em Angola e em Africa*.

De natureza similar ao trabalho que propomo-nos elaborar, mas aplicado ao caso português, temos a destacar dois trabalhos publicados no ISCSP, um produzido no âmbito de um mestrado no Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), intitulado *Evolução do CEN* (1991) e o outro da autoria do General Pedro Cardoso (1992). Existem trabalhos

adicionais e na mesma linha de investigação que aqui não destacamos, produzidos nomeadamente no Instituto da Defesa Nacional (IDN) de Portugal.

O propósito da presente dissertação é identificar e deduzir a existência de um CEN angolano e a sua evolução, no período de 2002 a 2017.

Subordinamos, pois, a investigação à pergunta: “Existem elementos que configuram um conceito estratégico nacional no período 2002 a 2017?”

Objectivo geral:

- Identificar, deduzir e analisar aspectos que configurem um CEN no período 2002-2017.

Objectivos específicos:

- Identificar as estratégias da política interna e externa, económicas, culturais, militares e tecnológicas no período considerado.
- Identificar os períodos estratégicos, caso se aplique.
- Identificar, caracterizar e relacionar as principais ideias estratégicas no período em análise.

A realidade geográfica estudada é a República de Angola, tendo como objecto a identificação de um CEN no período que vai de 2002, data que marca o fim da Guerra Civil de que o país foi palco durante 27 anos com a assinatura do Acordo de Paz de 4 de Abril de 2002, até ao ano de 2017. Contudo e, não obstante o período em análise se circunscrever aos anos 2002 – 2017 fizemos referência a factos não circunscritos a este período, sempre que se justificou.

A nossa investigação se concentrou nas acções empreendidas pelo Estado⁵ angolano no período considerado, por este ser o órgão de direcção política responsável pela definição dos IN e correspondentes ON e detentor da liderança consagrada e

⁵ Na sua acepção clássica “Estado é todo o conjunto de nacionais fixa num dado território, onde existe uma autoridade soberana que tem a missão de assegurar a satisfação das necessidades colectivas gerais e abstractas, de justiça, segurança e bem estar material e espiritual” (Lara, 2009, p. 282).

assumida. Não descuramos de outros actores que com este manteve interações relevantes para o nosso trabalho, tanto na vertente interna como externa.

“A metodologia de investigação constitui o traço característico da ciência: sem uma dificilmente pode existir a outra.” (Moreira C. D., 2007, p. 9). Por essa via, recorremos ao paradigma qualitativo ancorado no método de estudo de caso.

Assim, efectuamos leituras preliminares e desenvolvemos conversas informais com vista a aferir a exequibilidade da dissertação. A dúvida inicial em relação a exequibilidade deveu-se sobretudo ao receio de não se poder aceder as informações necessárias da parte das entidades que se pretende analisar por o acesso as fontes estar condicionado, fenómeno denominado de *Silêncio do Poder* pelo Professor Adriano Moreira que corresponde a “Aquilo de que os agentes do Poder sistematicamente não falam, ou impedem que se fale, (...)” (Moreira A. , 2003, p. 126), sendo a realidade em estudo, característico deste fenómeno.

Para desenvolver o trabalho, recorremos, para além da pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, por ser “(...) indispensável na investigação social.” (Moreira C. D., 2007, p. 153). A nossa abordagem é eminentemente qualitativa como anunciamos anteriormente com recurso a dados secundários, mais concretamente “*documentos institucionais* de carácter público,”⁶ (Moreira C. D., 2007, p. 154), documentos esses que abrangem “(...) os de inteligência e os actos de vontade.” (Moreira A. , 2003, p. 126), cuja utilização é dificultado pela chamada *mentira razoável*⁷ (ibidem).

Em alguns casos fizemos recurso a técnicas da perspectiva quantitativa como utensílio auxiliar, por concordarmos com a ideia apresentada na discussão acerca da superioridade do uso da perspectiva qualitativa ou quantitativa em (Moreira C. D., 2007, p. 53) de que existe “(...) total legitimidade, utilidade e igual dignidade dos dois métodos (...)”.

⁶ Constituição da República de Angola de 2010; Programas de governo do MPLA 2012-2017; Programa Eleitoral UNITA 2017 – Agenda 2030; Plano Nacional de Desenvolvimento 2013 – 2017; Agenda Angola 2025; Africa no Horizonte 2063; Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas.

⁷ Princípio que defende a existência de “(...) uma divergência sensível entre o que o Poder diz e aquilo que o Poder faz e escreve.” (Moreira A., 2003, p. 126).

Os documentos foram submetidos a análise de conteúdo⁸ que como refere Bardin tem como objectivo “a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem.” (Bardin, 1977, p. 46).

Para se atingir os objectivos propostos, para além dos documentos já identificados (cf. nota 6), analisamos adicionalmente publicações oficiais e informações em fontes oficiais não publicadas que se mostraram relevantes para o nosso trabalho, considerando sobretudo, os emitidos pelos intervenientes no processo de decisão política e estratégica.⁹

Recorremos também a fontes de informação como as revistas científicas, relatos históricos, informações difundidas pela imprensa, teses e dissertações académicas, relatórios, legislação e estudos de natureza variada. Para todas as fontes que se considerou na produção do presente trabalho, prevaleceu o critério da qualidade do conteúdo, autenticidade e credibilidade.

Para cada uma das dimensões analisadas, que corresponderão ao nível que Beaufre (1985) designa de Estratégia total - político, económico, cultural, militar e tecnológico - identificou-se os eixos centrais preconizados nos documentos em análise, que pela sua relevância permita ou não configurar um eventual Conceito Estratégico Total, que possa assumir carácter nacional.

Assim, e sendo os documentos a nossa principal fonte para a identificação das acções prosseguidas, socorremo-nos da técnica conhecida como análise qualitativa de conteúdo.¹⁰ A construção das nossas categorias, baseou-se na chamada análise de conteúdo directa,¹¹ que tem como objectivo “*validate or extend conceptually a theoretical framework or theory.*” (Hsieh & Shannon, 2005, p. 1281). E apresenta como ponto forte, na análise de conteúdo, o facto de “*existing theory can be supported and extended.*” (p.

⁸ Bardin afirma que “pertence ao domínio da análise de conteúdo, todas as iniciativas que, a partir de um conjunto de técnicas parciais, mas complementares consistam na explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens e da expressão deste conteúdo, com o contributo de índices passíveis ou não de quantificação, a partir de um conjunto de técnicas, que embora parciais, são complementares.” (Bardin, 1977, p. 42).

⁹ Tivemos sempre presente que “(...) a análise das decisões políticas, quer no que se refere à sua formação quer no que respeita aos seus reais objectivos e efeitos, é assim forçado a basear-se numa evidencia factual de confiança limitada.” (Moreira A. , 2003, p. 127).

¹⁰ Consiste na construção de categorias e a feitura de análises com base nas categorias identificadas.

¹¹ Processa-se pela construção de categorias com base em teorias, hipóteses e arranjos sistemáticos.

1283), e também porque “(...) *a directed approach makes explicit the reality that researchers are unlikely to be working from the naive perspective that is often viewed as the Hallmark of naturalistic designs.*” (ibidem).

Interessou-nos inferir a relação do conteúdo manifesto nos documentos selecionados, com uma grande ideia estratégica, ou seja, um CEN considerando e relacionando a sua preocupação em se adequar, ou a sua evocação as AN, os IN e aos ON.

Também interessou-nos analisar o nível de integração e/ou grau de afinidade entre os documentos selecionados considerando a relação implícita e explícita passível de existir entre ambos. Esta abordagem consistiu na identificação, numa perspectiva comparativa, de elementos transversais/discrepantes entre os vários documentos, no que a origem/motivação da sua produção diz respeito. Assim, foi possível com recurso a escala valorativa que criamos (cf. Livro de códigos em apêndice I), estabelecer a integração/afinidade, resultando na produção de uma matriz comparativa.

Pela natureza do nosso trabalho, acatamos os ensinamentos de um dos precursores deste tipo de abordagem entre nós, o General Pedro Cardoso (Cardoso, s/d) efectuando a dedução¹² das ideias estratégicas, o que implica partir dos factos para a concepção.

Para a constituição da amostra¹³, como em qualquer trabalho que faça recurso a análise de conteúdo, por não nos ser possível estudar todos os documentos - ou seja, a população¹⁴- relevantes para o estudo, produzidos no arco temporal em análise, tivemos que seleccionar os documentos-fonte, com recurso ao processo da amostragem, que consiste em “(...) *selecting a subset of units for study from the larger population.*” (Neuendorf, 2002, p. 83).

¹²É um método de investigação científica que “Parte de princípios reconhecidos como verdadeiros e indiscutíveis e possibilita chegar a conclusões de maneira puramente formal, isto é, em virtude unicamente de sua lógica.” (Gil, 2008, Apud (Prodanov & de Freitas, 2013, p. 27).

¹³ A Amostra ou *Corpus* “é o conjunto de documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos.” (Bardin, 1977, p. 96).

¹⁴ “The population is the set of units being studied, the set of units to which the researcher wishes to generalize.” (Neuendorf, 2002, p. 74). População essa, no caso em apreço, que seria todos documentos políticos e planos que possam ser enquadrados como instrumentos de planeamento, com objectivos determinados e que fossem para aplicação em Angola.

Utilizamos a amostragem não aleatória, conhecida também como amostragem não probabilística por dificuldade de acesso aos documentos, não obstante os resultados obtidos com o recurso a mesma não ser passível de generalizações, ao contrário do que acontece com a amostragem aleatória. Dentro do subgrupo da amostragem aleatória, elegemos a amostragem por conveniência que “*relies on the selection of readily available units.*” (Neuendorf, 2002, p. 87).

Tivemos sempre presente os riscos que representam esta abordagem,¹⁵ a amostragem não aleatória (Krippendorf, 2004, pp. 120-121). Pese embora a amostragem ser por conveniência, a mesma foi guiada pela pertinência teórica dos documentos, pelo que a selecção recaiu sobre documentos cujo conteúdo fosse adequado ao objecto em análise. Outra preocupação esteve relacionada com a abrangência temporal dos documentos a seleccionar devido a natureza do nosso trabalho, que versa sobre um lapso temporal de quinze anos, de 2002 a 2017.

Não sendo possível analisar todos os documentos que se enquadravam nos critérios estabelecidos, pelas razões que avançamos anteriormente, a nossa sensibilidade acabou por ter um papel central na selecção final dos documentos analisados, por concordarmos com a observação de que “(...) é a sensibilidade do investigador que orienta a selecção a efectuar.” (Vala, 1986, p. 110).

Não vamos elaborar sobre a pertinência teórica dos documentos seleccionados, pelo menos naquilo a que a adequação do conteúdo diz respeito, por esta se mostrar evidente no nosso entender. Convém, no entanto, apreciar a sua diversidade, do ponto de vista das fontes de produção. Naquilo a que a diversidade diz respeito, os documentos seleccionados vão desde documentos produzidos pelo Estado angolano com abrangência nacional – a Constituição da República de Angola (CRA); a LDNFA; a Agenda Angola 2025 e o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017.

Temos documentos produzidos por entidades supraestatais, a Africa no horizonte 2063 da autoria da União Africana (UA), organização da qual Angola é membro e cujas

¹⁵ Perda de controlo do processo de selecção pelo analista e o risco de enviesamento.

orientações e/ou resoluções, pelo menos no que ao documento em apreço diz respeito, adoptou para a sua ordem interna.

Também analisamos documentos com pendor político partidário, concretamente, o programa de governo do MPLA 2012-2017 e o programa eleitoral da UNITA 2017, este último com a especificidade de estar enquadrado numa agenda que vai para além de uma legislatura, sendo também uma Agenda para o ano 2030. A escolha do programa/agenda da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) deve-se ao facto da UNITA se constituir alternativa governativa ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) com base na análise do sistema político partidário angolano efectuada no presente estudo.

Em relação a abrangência temporal, os documentos cobrem desde o ano 2000, data da adopção da Agenda Angola 2025, o ano 2010, a adopção da CRA 2010; o ano 2012, o programa governo MPLA e a adopção da LDNFA, o ano 2013, o PND 2013-2017; ao ano 2017, o programa/agenda da UNITA. A Agenda 2063 da UA foi adoptada em 2015.

Quanto ao modelo de análise, privilegiou-se a análise de conteúdo, definida como,

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 1977, p. 42).

Estando o nosso trabalho inserido no método de estudo de caso (ou análise intensiva), como já anunciamos anteriormente, das abordagens possíveis no domínio da análise de conteúdo, situamos o mesmo no nível correlacional que permite descobrir covariações ou associações entre fenómenos e possibilita “estabelecer relações entre as diferentes características do material que analisou ou entre estas e as características que considera relevantes ao nível da fonte, do tempo histórico em que o material foi produzido,” (Vala, 1986, p. 105).

A grande vantagem do uso da análise de conteúdo é o facto de permitir “(...) *to draw inferences about phenomena that are not directly observable, and they are often equally resourceful in using a mixture of statistical knowledge, theory, experience, and*

intuition to answer their research questions from available texts.” (Krippendorff, 2004, p. 38).

Identificamos como categorias de análise, as dimensões Aspirações, Interesses e Objectivos nacionais. Esta escolha decorre da centralidade destas dimensões na construção de um CEN (Correia J. Â., 2015). Como dizia Bardin “o interesse não reside na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados (por classificação, por exemplo) relativamente a «outras coisas».” (Bardin, 1977, p. 38).

Os conteúdos extraídos¹⁶ dos documentos em análise foram objecto de descrição (cf. cap. III), analisados e discutidos (cf. cap. IV), o que nos permitiu identificar a correspondência ou não dos conteúdos extraídos dos documentos com a definição do CEN adoptada no presente trabalho.

Construímos também uma matriz comparativa (cf. fig. II, cap. IV, 4.3), nesta última, relacionou-se os documentos seleccionados para se poder estabelecer o grau de integração/afinidade¹⁷ dos mesmos com base na origem/motivação da sua produção.

Elaboramos igualmente um livro de códigos,¹⁸ também denominado dicionário, onde se definiu as categorias criadas e as regras sobre a inclusão e exclusão de determinados conteúdos nas mesmas. Também constam nele as regras utilizadas na elaboração da matriz comparativa dos documentos que foram submetidos aos procedimentos analíticos.

Depois de extraídas as características dos textos constantes nos documentos, que se enquadravam nas categorias de análise acima identificadas, passou-se para a inferência,¹⁹ onde estabelecemos a correlação que nos permitiu identificar covariações ou associações entre os documentos seleccionados. Esta operação, conforme atestamos

¹⁶ “(...) the research questions of content analysis must be answered through inferences drawn from texts.” (Krippendorff, 2004, p. 31).

¹⁷ Na perspectiva operacional, adoptou-se os seguintes critérios de classificação: 1- Nulo, 2- Fraco, 3- Médio, 4- Alto e 5- Muito alto (para detalhes sobre a classificação, cf. o livro de código em apêndice I).

¹⁸ cf. apêndice I

¹⁹ Inferir significa extrair uma consequência. As inferências respondem a dois tipos de problemas: O que é que conduziu (causas) e quais as consequências (efeitos) (Bardin, 1977, p. 39). É uma “operação lógica, pela qual se admite uma proposição em virtude da sua ligação com outras proposições já aceites como verdadeiras.” (ibidem).

previamente, permitiu-nos aferir se os documentos seleccionados, em termos de consequências e os possíveis efeitos das mensagens que resulta do conteúdo manifesto dos mesmos, correspondiam a “Uma grande ideia estratégica nacional de materialização dos objectivos nacionais (...) adequada ao ambiente externo e interno, destinada a garantir a manutenção do País numa posição favorável, de tal forma que seja difícil aos seus contendores provocar-lhe prejuízos.” (Ribeiro, 2010, p. 56).

A proximidade histórica dos acontecimentos permitiu a que recorrêssemos a um relato mais factual, deixando em aberto algumas interpretações e também fazer uso do enquadramento legal para a validação de algumas afirmações conforme a abordagem utilizada em (Rodrigues, et al., 1992).

No desenvolvimento do nosso trabalho tivemos sempre presente a complexidade da dedução das ideias estratégicas a partir de eventos e acções já ocorridos (veja-se por exemplo, Coutau-Bégarie, 1999, pp. 259-261); mas sobrepôs-se sempre, o entendimento de que “É relativamente fácil deduzir-se os interesses nacionais que estiveram em causa e os objectivos nacionais prosseguidos durante um determinado período histórico passado.” (Santos J. L., 1983, p. 46).

Comprendemos e aceitamos o risco que a nossa abordagem acarreta, porque concordamos que nesta matéria, “(...) só depois de o investigador sopesar, reconsiderar, verificar, confrontar, repetir estará apto a dizer *parece que, talvez, a não ser que*. Só as ciências exactas podem utilizar outro tipo de linguagem, e nem sempre, aliás.” (Almeida, 2012, p. 31).

O presente trabalho está dividido em quatro capítulos, aos quais se junta a introdução e a conclusão.

No primeiro capítulo, abordamos o enquadramento teórico conceptual do CEN que é o objecto da nossa dissertação. Discutimos o seu construto etimológico e a consequente definição, analisamos a sua evolução e domínios de aplicação e também as várias configurações que o mesmo pode assumir. Também discutimos os conceitos de estratégia, do potencial estratégico, do poder, dos interesses, objectivos, aspirações, da geopolítica e da geoestratégia.

No segundo capítulo, procedemos a análise dos actores que participam da elaboração e execução das estratégias governativas em Angola e de alguns factores que os condicionam. Assim, após um breve enquadramento geopolítico do país, avançamos com a análise do sistema político governativo, analisamos também os organismos com maior intervenção nesta matéria onde avultam o órgão Presidente da República, os órgãos governamentais a quem estão reservados esta matéria *Law in the Books* (di júri) e a relação com outras entidades *Law in Action* (di facto).

No terceiro capítulo, procedemos a análise dos instrumentos – documentos – seleccionados. A análise incidiu na identificação dos conteúdos que se enquadravam nas categorias que nos interessavam analisar, e alguns que nos pareceram pertinentes abordar.

No quarto, e último capítulo, procedeu-se a discussão dos conteúdos identificados na fase anterior e a aferição numa primeira fase, da sua relação com as categorias de Aspirações nacionais, Interesse nacional e Objectivos nacionais. Depois, identificamos os eixos que configuram a Estratégia Total e por fim, discutimos o grau de afinidade/integração entre os documentos seleccionados.

O quarto capítulo é seguido das Conclusões, onde tentamos responder, após as análises e discussões efectuadas, as questões a que nos propusemos na presente dissertação.

CAPÍTULO I: CONCEITOS OPERACIONAIS

Partindo da análise etimológica dos construtos do CEN, podemos desintegrar os mesmos em Conceito, do latim *conceptus*, que na acepção filosófica remete para a “Representação mental, genérica e abstrata, da essência de um objecto” (ACL, 2001, p. 900). O adjectivo Estratégico, do latim *strategicus*, é relativo a estratégia, definido como um “Conjunto de acções consideradas como meios importantes para a consecução de alguma coisa” (ACL, 2001, pp. 1593-1594). O atributo Nacional, remete para a ideia da Nação,²⁰ aquilo que pertence e diz respeito a toda a nação, cujas definições remetem para concepções antropológicas e sociológicas.

O CEN, objecto de estudo da presente dissertação, é definido como “uma grande ideia estratégica de materialização dos objectivos nacionais (...),²¹ adequada ao ambiente externo e interno, destinada a garantir a manutenção do País numa posição favorável, de tal forma que seja difícil aos seus contendores provocar-lhe prejuízos.” (Ribeiro, 2010, p.56). convém notar que este “traduz um quadro de orientação genérica, aplicável não apenas ao Estado, mas a toda a Nação.” (Correia J. Â., 2015, p. 62). Estas apreciações remetem-nos para os níveis de decisão, a explorar mais a frente no conceito da estratégia.

A nível dos Estados, tem-se desenvolvido algumas abordagens do CEN no sentido da sua concepção para a acção, assumindo designações diversas.²² No caso angolano, que constitui o nosso objecto de estudo, embora não tenhamos identificado nenhum documento onde esteja definido um CEN, podemos vislumbrar aquilo a que o legislador angolano poderia considerar como um CEN por aproximação, considerando a definição do Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) adoptada pela Lei da Defesa

²⁰ Na sua derivação, do latim, a Nação remete para “Nascimento, raça, espécie, tribo” (Machado Apud (Lara, 2009, p. 308) e na acepção vulgar entende-se pelo “conjunto de cidadãos de um Estado, que vivem, portanto, no mesmo território, sujeitos a um governo comum e ligados por leis e interesses também comuns” (Silva Apud (Lara, 2009, p. 317) Na mesma obra, o autor identifica cinco modelos de relação entre Nação e Estado, que são: O Estado-nacional (caso português); Estado com várias nações (Bélgica, Espanha); Nação repartida por vários Estados (árabes); Nação sem Estado (curdos, nação polaca, ciganos); Estado sem nação (exemplifica com os novos países da África Negra).

²¹ Seguimos o entendimento de (Correia J. Â., 2015, p. 35) suprimindo o adjectivo “permanente” aos objectivos nacionais, preferindo como este, que a intemporalidade destes objectivos fosse assumido pelo conceito de “Ambições Nacionais”.

²² Os casos da Alemanha – “*Conzept der Bundesregierung*”; Estados Unidos da América – *National Security Strategy of the United States* sancionado pelo Congresso; Reino Unido – *National Security Strategy*.

Nacional e das Forças Armadas (LDNFA) como consistindo em “definir os aspectos fundamentais da estratégia global do Estado adaptada para a consecução dos objectivos da política da defesa nacional.” (art. 2.º).

No caso dos Estados Unidos de América (EUA), o Departamento de Defesa define *National Strategic Concept* como “*The course of action accepted as the result of the estimate of the strategic situation. It is a statement of what is to be done in broad terms, sufficiently flexible to permit its use in framing the military, diplomatic, economic, psychological and other measures which stem from it*” (Eekelen, 2010, p. 5) definição que teve também acolhimento da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

No caso angolano, pela definição adoptada para o CEDN podemos concluir uma possível operacionalização conceptual do CEN angolano, que seria, a definição dos aspectos fundamentais da estratégia global do Estado adaptada para a consecução dos objectivos da política relativos aos assuntos da comunidade nacional.

Do seu carácter abrangente resulta a necessidade de um maior consenso possível na sua definição, ou seja, um Consenso Nacional,²³ embora se admita a possibilidade da sua efectivação sem um consenso nacional, sob determinadas condições²⁴.

No processo de consecução e efectivação de um CEN, a liderança é influenciada por factores exógenos. Os objectivos a propor têm de ser limitados pela sua viabilidade, exequibilidade e adequabilidade à situação do País (Correia J. Â., 2015). Outras limitações apontadas pelo mesmo autor são as relacionadas com a durabilidade, o contexto e as práticas processuais. Estas últimas, remetem para os hábitos e as práticas prosseguidas por um determinado Estado.²⁵

²³ Indispensável em todos os elementos do CEN sendo mais fácil de atingir quando os “valores partilhados” no seio de uma sociedade é manifesta, é difícil ou impossível “(...) quando a sociedade se encontra polarizada em perspectivas ideológicas demasiado separadas e diferenciadas,” (Correia J. Â., 2015, p. 63).

²⁴ Desde que se estribe “(...) numa mais forte e consistente Liderança Nacional, suportada pela elite nacional.” (Correia J. Â., 2015, p. 63). Sendo de difícil sustentação, um CEN que tem na sua base uma liderança fraca ou moderada e uma sociedade acentuadamente dividida.

²⁵ Um Estado que tenha a percepção do que se passa no mundo e afecta o presente e o futuro da comunidade nacional e formula planos programados “(...) mais preparado está para conceber e implementar o seu CEN.” (Correia J. Â., 2015, p. 41).

As práticas processuais, remetem para a forma como os valores culturais “(...) condicionam e caracterizam a actividade dos cidadãos, por referência ao seu impacto na estabilidade e funcionamento dos sistemas políticos (...)” (Martins, 2010, pp. 70-71). Acabando por influenciar a condução da acção estratégica, enformando a cultura estratégica.²⁶

Quanto a durabilidade, ao contrário dos planos de longo prazo, o CEN tem uma vigência indeterminada e imprevisível que ocorre “(...) quando grandes mudanças no Ambiente Externo de uma comunidade introduzem profundas mudanças na sua natureza (...) alterando substantivamente as suas características mais marcantes, nomeadamente as suas potencialidades e vulnerabilidades.” (Correia J. Â., 2015, pp. 36-37). Outros apontam inclusive periodicidades “*aims at providing a consensual basis for the goals, priorities, instruments and means of the nation in the political military context in which it will find itself during the next five to ten years*” (Eekelen, 2010, p. 1).

Pelo acima exposto, torna-se evidente que os elementos estruturantes do CEN são as AN – configuram o que um Estado/Nação deseja, os IN – o que se pretende salvaguardar e os ON – o que o Estado procura atingir. A determinação destes “num momento histórico concreto, e face ao conjunto de elementos disponíveis,” (Santos J. L., 1983, p. 46) constitui a essência do CEN.

As AN são difundidas pelos elementos da comunidade, sem grande objectividade e consolidação, assumindo um carácter idealista e utópico. Estes “(...) estão para além da conjuntura interna e externa, e até da fixação de objectivos para a acção.” (Correia J. Â., 2015, p. 48).

Diferente das AN, os IN, aqui considerados à luz da escola realista,²⁷ que os faz corresponder a preocupações, “são apontados pela Liderança Nacional” (Correia J. Â., 2015, p. 64). Os IN podem ser divididos em primários/vitais e secundários, sendo os

²⁶ Que “(...) contempla os valores, símbolos e padrões culturais que modelam a posição dos povos, e em especial das suas elites, em relação à defesa e à forma como é garantida a segurança nacional: instrumentos adaptados; mobilização da sociedade; posição do Estado na hierarquia da ordem internacional e capacidades de afirmação de uma estratégia nacional.” (Romana, 2016, p. 13).

²⁷ No caso dos EUA “*National interests and the nation's foreign policy have been formulated on the basis of what can be quantified and measured, with only sporadic attention paid to the less tangible quantities of ideals and moral values.*” (Simpson, 1984, p. 60).

primários relativos a “protecção da identidade física, política e cultural e sobrevivência face a actuações estrangeiras (...) nunca podem ser comprometidos ou negociados.” (Santos J. L., 1983, p. 48), pelo que “a sua garantia é condição de sobrevivência de um Estado-Nação como tal.” (Santos J. L., 1983, p. 45).

A ideia anterior, referente aos interesses vitais, remete o conceito de IN aos “(bens a proteger) que dão corpo à segurança nacional e, pelos quais, em caso de provocação, o Estado deve lutar pela sua preservação.” (Ribeiro, 2009, p. 49), ideia explorada pelo autor no contexto da definição da segurança nacional adoptada pelo Instituto da Defesa Nacional (IDN) de Portugal.

Para o Estado salvaguardar os IN, este estabelece ON que no entendimento de (Santos J. L., 1983, p. 45) “Em princípio só deverá incluir aspectos realistas desde que correctamente formulados.”, sendo que “alguns dos objectivos nacionais a curto prazo se encontram inscritos nos programas governamentais, assim como alguns objectivos nacionais a longo prazo constam dos textos constitucionais.” (Santos J. L., 1983, p. 47). Pela abrangência e amplitude dos objectivos nacionais, torna-se necessário serem desdobrados em objectivos de natureza mais sectorial ao longo do processo estratégico²⁸ determinando a que seja considerado eventuais revisões (Correia J. Â., 2015).

A implementação de uma estratégia decorre do pressuposto de que “*If we use resource X, then we will achieve objective Y*” (“*or at least move in the direction of achieving objective Y.*” (Biddle, 2015, p. 2), e este pressuposto aplica-se por maioria de razão ao CEN. Os pressupostos atrás referidos, se não forem bem equacionados podem comprometer toda a estratégia.

Na concepção de um CEN, mesmo partindo do principio que os pressupostos estão, em geral, certos, é entendido que “*many factors will intrude to erode or break the link between means and ends.*” (Biddle, 2015, p. 4), entre os quais,

(...) *the challenges of communication inherent in complex enterprises; the adaptability of one's adversary; the complications of domestic politics; the stresses and strains of civil-military relations; and*

²⁸ Desenvolve-se em quatro fases: Pensamento estratégico (ou análise estratégica); Formulação estratégica; Implementação estratégica; Controle. Ele preocupa-se com a forma como a estratégia é realizada, os principais actores que nela se envolvem e o momento em que as várias actividades dela decorrentes têm lugar (Correia J. Â., 2015, p. 67).

the unavoidable biases, predispositions, and limitations of the agencies attempting to implement the strategy (ibidem).

No âmbito dos estudos estratégicos, a definição da estratégia também foi evoluindo ao longo do tempo. As definições iniciais remetiam para o domínio militar como acontece com o CEN, o termo provém do grego antigo *stratègós* (de *stratos*, exército, e *ago*, liderança, general ou comando), tendo significado, inicialmente, «a arte do general» e designava o comandante militar, à época da democracia ateniense.

Este evolui do seu objecto inicial – a guerra - para a generalização da sua aplicação a outras situações que não a guerra. Esta generalização verifica-se após a Segunda Guerra Mundial onde “(...) *on va assister à une ultime évolution que va faire sortir la stratégie de la sphère étatique et guerrière pour s’appliquer dorénavant à n’importe quelle activité sociale.*(sic)” (Coutau-Bégarie, 1999, p. 70).

Estando a nossa dissertação inserida na área de estudos estratégicos e pela centralidade do conceito da estratégia no presente trabalho,²⁹ da multiplicidade de definições existentes, no presente estudo adoptamos a definição da estratégia como “a ciência e a arte de edificar, dispor e empregar meios de coação num dado meio e tempo, para se materializarem objectivos fixados pela política, superando dificuldades e explorando eventualidades em ambiente de desacordo.” (Ribeiro, A. S., 2009, p. 22).

A utilização dos meios de coação, num determinado meio e tempo leva a que se tenha de considerar o poder nacional, analisando o potencial estratégico do Estado que corresponde ao “conjunto das forças de qualquer natureza, morais e materiais, que um Estado pode utilizar em apoio à sua estratégia” (Couto, 1988, p. 241).

Ainda em relação a potencia, que remete para o potencial, Raymond Aron propõe três elementos fundamentais que o caracterizam, sendo os mesmos válidos para a sua análise a todos os níveis, são eles “em primeiro lugar, o espaço ocupado pelas unidades políticas (...); depois, os recursos materiais disponíveis e o conhecimento (...); por fim, a capacidade da ação coletiva (...)” (Aron, 2002, p. 107).

²⁹ Para uma análise mais aprofunda da relação entre a Estratégia e o Conceito Estratégico Nacional, consultar Biddle, T. D. (2015). *Strategy and Grand Strategy: What Students and Practitioners Need to Know*. Carlisle Barracks, PA: UNITED STATES ARMY WAR COLLEGE PRESS.

O poder, que aqui remetemos para o seu tratamento instrumental e realista, aplicado ao contexto dos Estados é tido como “a capacidade de uma unidade política impor a sua vontade às outras unidades” (Aron, 2002, p. 99). O mesmo autor defende que o Poder pode ser concebido em termos da capacidade em razão da vontade, sendo condicionado a força (militar, económica e moral) de que faz uso “(...) em circunstâncias e com objetivos determinados.” (Aron, 2002, p. 100). O poder de um Estado é determinado pela interacção de factores³⁰ estáveis/estruturais e variáveis/conjunturais (Almeida, 2012).

Na sua obra *Anatomia do Poder*, John Kenneth Galbraith efectua uma ampla e ao nosso ver, bem conseguida abordagem sobre os instrumentos do exercício do poder e os atributos/fontes que outorgam o direito do seu uso. Para os instrumentos do exercício do poder, aponta o poder condigno, o poder compensatório e o poder condicionado e para as fontes do poder indica a personalidade, a propriedade e a organização (Galbraith, 1983). A ideia central que se retira da leitura desta obra, resulta da necessidade da articulação bem conseguida entre as fontes e os instrumentos do poder, numa metáfora a uma equipa desportiva, afirma que “A equipa que combinar com mais determinação todos estes elementos de poder triunfará, conquistará a submissão do adversário.” (Galbraith, 1983, p. 76).

A estratégia subdivide-se na Estratégia total, cuja função é “(...) *définir la mission propre et la combinaison des diverses stratégie générales, politique, économique, diplomatique et militaire.*” (Beaufre, 1985, p. 25), e depois a estratégia geral e a estratégia particular. A estratégia total também é denominada de estratégia integral, função englobante superior, que no caso angolano é materializado pela função Presidente da República.

Na mesma linha (Ribeiro, 2009, pp. 111-122), aborda os níveis de decisão e execução da estratégia aplicado ao Estado, âmbito onde se enquadra o nosso trabalho, destacando os níveis da estratégia integral, a estratégia geral e as estratégias particulares. Note-se, no entanto, que nem sempre a complementaridade entre os diferentes níveis

³⁰ Existem vários entendimentos sobre os factores que geram o poder, havendo propostas de métodos de avaliação dos elementos/factores de poder, tais como as perspectivas de STEINMETZ (1929); GUIDO FISCHER (1939); SPYKMAN (1942); MORGENTHAU (1949); RAYMOND ARON (1949); ANDRÉ BEAUFRE; FUCKS; RAY CLINE (1980).

hierárquicos se concretiza “Devido a influencia dos factores ligados ao Poder e Política no seio do Estado” (Correia J. Â., 2015, p. 259). Para além dos níveis, podemos considerar os aspectos da estratégia, que se divide em genética, geração e aquisição de recursos e meios, estrutural, organização e articulação dos recursos e operacional, que compreende a utilização e rentabilização dos recursos e meios (Couto, 1998; Correia, 2018, pp. 35-36).

A geopolítica é uma disciplina “que se insere nas orientações realistas do estudo das relações internacionais” (Martins, R. F, s/d, p.36). Na perspectiva de Kjellén³¹ serve como “*le moyen d’apeller l’attention des politiques sur le rôle des caractéristiques géographiques dans la conception de l’Etat et l’art de le gouverner.*” (Gallois, 1990, p. 26). Para Kjellén a geopolítica é “(...) *l’étude de l’État considéré comme un organisme géographique, ou encore comme un phénomène spatial, c’est-à-dire comme une terre, une territoire, un space, ou plus exactement encore, un pays*” (idem).

Gallois por seu turno entende que a Geopolítica é “*l’étude des relations qui existent entre la conduite d’une politique de puissance portée sur le plan international et le cadre géographique dans lequel elle s’exerce.*” (1990, p. 37) dando enfase ao aspecto dinâmico da geopolítica implícito nesta definição que segundo ele diferencia esta da geografia política.

O que distingue a Geopolítica da Geoestratégia ao nível do seu objecto de estudo é que a primeira preocupa-se com “a geração e o exercício do Poder em geral” (Martins, R. F, s/d, p.36). A segunda, a Geoestratégia preocupa-se com “o que se refere ao exercício da coacção”(idem). Existe o entendimento de que “*la géopolitique dit ce qu’il faut acquérir ou conserver, la géoestratégie dit ci cela est possible et comment, avec quels moyens.*” (Coutau-Bégarie, 1999, p. 688).

Acrescentando que “*Alors que la géopolitique a une inclination spontanée vers les grands ensembles dans la long durée, la géoestratégie se montre plus attentive aux détails, aux contingences et au court terme.*” (Coutau-Bégarie, 1999, p. 710). Definindo a geoestratégia como “*une stratégie fondée sur l’exploitation systématique des*

³¹ Foi o criador do neologismo Geopolítica, em 1916, professor e parlamentar sueco. Ele remetia-o para a associação entre a política e a geografia, sendo, no entanto, diferente da geografia política.

possibilites ofertes par les grands espaces en termes d'etendue, de forme, de topographie, de ressources de tous ordres” (p.712).

CAPÍTULO II – AMBIENTE DE EXECUÇÃO DAS ETRATÉGIAS GOVERNATIVAS

2.1 Enquadramento geoestratégico

A República de Angola está localizada na costa ocidental de África, entre os paralelos 5 e 18 de latitude sul e os meridianos 12 e 24 de longitude leste.

A Oeste Angola está limitada pelo Oceano Atlântico numa extensão de 1.650 quilómetros o que lhe permite um amplo acesso ao mar e constitui-se como uma vantagem em relação aos seus vizinhos da sua área imediata de inserção, que têm um acesso limitado nalguns casos (República do Congo Democrático, com apenas 32 quilómetros de costa) e noutros casos sem acesso (Uganda, Zâmbia, Zimbabwe e Botswana), colocando-o também como um actor central no Golfo da Guiné. Este amplo acesso ao mar, pode constituir-se também como uma ameaça a segurança nacional, se se considerar a ocorrência de crimes de natureza diversa nos mares, onde avulta tráficos ilegais de diversa natureza associados a pesca ilegal, *Bunkering* – roubo de petróleo - riscos associados a despejo de resíduos tóxicos e nucleares entre outros.

A Norte, faz fronteira com as repúblicas do Congo (numa extensão de 201 quilómetros) e do Congo Democrático; a Leste com as repúblicas do Congo Democrático (numa extensão de 278 quilómetros) e da Zâmbia (numa extensão de 1.110 quilómetros); e a Sul com a República da Namíbia (numa extensão de 1.376 quilómetros).

Em termos territoriais “(...) o núcleo vital do Estado, onde se aprecia o maior desenvolvimento socioeconómico, é o litoral do território, para além de pequenas áreas no interior, geralmente as capitais de província.” (Veríssimo G. d., 2014, pp. 219-220), no entanto “O fim da guerra, no ano 2002, tem permitido ao Estado mostrar capacidade para ocupar o hinterland nacional, expandindo o seu núcleo vital.” (Veríssimo G. d., 2014, p. 220).

Num esforço de sumarização, entre outros factores, (Veríssimo G. d., 2014) destaca como contribuindo para a formação da actual Cultura Estratégica Angolana, a chegada dos portugueses ao território que constitui hoje a República de Angola e a forma

como foram recebidos pelas elites locais – de maneira diferente nas diversas partes do território - o que reflecte a visão de si “*angolano*”³² e do outro.

Aponta também para os elementos culturais e psicológicos adquiridos na relação com as entidades coloniais, na luta armada de libertação nacional, que situa como consequência da primeira; também aponta para a relação estabelecida entre as elites nacionais que enquadravam os diferentes movimentos político-militares de resistência ao colonialismo entre outros.

Na mesma linha (Feijo, 2007, p. 42) aponta para aquilo que denomina de *constante idiossincrática*, de base histórica e sociológica, como “(...) a chefia unipessoal e o Conselho Consultivo.”.

Importa notar, que apesar de, em consequência dos elementos culturais e psicológicos que foi absorvendo e que resultou numa cultura estratégica de tipo “Fortaleza Sitiada”,³³ Angola soube sempre manter uma relação multifacetada e pragmática no contexto do seu posicionamento como actor do Sistema Político Internacional (SPI).³⁴ A título de exemplo, apesar de acentuadas diferenças político ideológicas no contexto da Guerra Fria “os interesses económicos dos EUA estiveram sempre preservados em Angola (...) mantinham boas relações com o governo de Angola, sendo que as companhias americanas detinham quase que exclusivamente o monopólio na exploração dos recursos petrolíferos do país.” (Tchova, 2015, p. 117).

Quanto a integração de Angola no SPI, na perspectiva de Veríssimo (2014) esta assume a seguinte configuração:

³² Sublinhado nosso.

³³ No caso angolano “Manifesta-se através do que outros percebem como sendo uma obsessão pela estabilidade interna, representada pela reação musculada aos fenómenos que parecem ameaça-la, gerados internamente ou no exterior.” (Veríssimo G. d., 2014, p. 289).

³⁴ Entendido como “(...) conjunto de centros independentes de decisões políticas que interatuam com uma certa frequência e regularidade” (Couto A. C., 1988, p. 19).

Figura I. Integração de Angola no SPI



Fonte: Reproduzido de Gilberto Veríssimo (2014, p. 247)

Na óptica de (Veríssimo G. d., 2014, p. 296) as visões geoestratégicas de Angola, são determinadas pelos seguintes factos:

- (i) Localiza-se no continente africano, mais especificamente na sua parte subsaariana;
- (ii) Possui uma costa extensa (1650 Km) aberta ao mar;
- (iii) Aspira uma plataforma continental ampla (416 339 Km²);
- (iv) Localiza-se na transição entre a parte austral e central do continente;
- (v) Serve de barreira ao acesso ao mar (oceano Atlântico) de territórios importantes em dimensão organizacional (RDC, Zâmbia, Ruanda, Uganda);
- (vi) É um território com uma descontinuidade geográfica (a província de Cabinda, ao Norte);
- (vii) Possui cursos de água de grande dimensão que podem materializar a sua divisão territorial (Cuanza e Zambeze);
- (viii) Possui rios internacionais em que, para além de interesses partilhados, separa-a de países vizinhos (Zaire e Cunene);
- (ix) As fronteiras étnicas dos Estados vizinhos estendem-se ao seu interior.

Um dos maiores desafios que se coloca a Angola para a sua realização enquanto nação está relacionado com a governação. Apesar do seu enorme potencial, este continua ainda por explorar, o Banco Mundial alerta que apesar do substancial progresso económico e político verificado desde o fim da guerra em 2002, Angola continua a enfrentar enormes desafios de desenvolvimento relacionados com *“reducing its dependency on oil and diversifying the economy; rebuilding its infrastructure; and improving institutional capacity, governance, public financial management systems,*

human development indicators, and the living conditions of the population.” (The World Bank, 2019).

O alerta do Banco Mundial está relacionado com o facto de *“Large pockets of the population live in poverty without adequate access to basic services, and the country could benefit from more inclusive development policies.”* (ibidem).

As políticas de desenvolvimento mais inclusivas defendidas pelo Banco Mundial (BM), encontram um ambiente muito adverso para a sua instituição, tendo como desafios mais prementes o flagelo da corrupção³⁵ e a forte dependência do país na exportação do petróleo da qual deriva a necessidade da diversificação da sua economia, conforme alerta o BM. No seu ranking do índice de percepção da corrupção para o ano 2018, a Transparency International listava Angola na posição 165 numa lista de 180 países, ou seja, figurava como um país altamente corrupto, tendo obtido apenas 19 pontos em 100 possíveis (Transparency International, 2019).

Outro desafio significativo relacionado com a diversificação da economia estará muito dependente da capacidade do Estado em tornar o país mais atrativo para os investidores e assim captando mais Investimento Directo Estrangeiro (IDE), desafio que não se afigura fácil na medida em que em 2017 Angola encontrava-se entre os dez últimos países na lista dos países avaliados pelo Grupo Banco Mundial no seu relatório “Doing Business 2017- Igualdade de Oportunidades para Todos” na facilidade com que se pode fazer negócio, teve 38,41 pontos dos 100 possíveis e figurava na posição 182.^a num total de 190 países avaliados (ANGONOTÍCIAS, 2017).

Como desafios, avultam as vozes que reclamam a autonomia de determinadas regiões do país, o caso sobejamente conhecido de Cabinda e da Lunda Tchokwe que

³⁵Segundo o relatório da Human Rights Watch de 2010 intitulado Transparency and Accountability in Angola *“from 1997 to 2002, approximately US\$4.2 billion disappeared from government coffers, roughly equal to all foreign and domestic social and humanitarian spending in Angola over that same period.”* (Human Rights Watch, 2010, p. 1).

engloba as províncias da Lunda Norte, Lunda Sul, Moxico e Cuando Cubango, ricas em recursos minerais, como petróleo e diamantes.

No caso de Cabinda, como sintetiza (Bembe A. D., 2010):

Depois de mais de trinta anos de *cross fire*, os principais problemas com que se deparou diziam respeito à verdadeira incapacidade de aproximação das partes (governo angolano e FLEC), à ausência de consensos em relação ao modelo que orientaria a resolução do problema e à radicalização das posições. A FLEC recusa qualquer saída que não seja a *autodeterminação e a independência* do território, que considera *protectorado português* à luz do famoso Tratado de Simulambuco. A sociedade civil local propõe a realização do referendo *exclusivo aos Cabindas*, para resolver em definitivo o diferendo existente quanto a *restituição da independência* ao Enclave.

No caso da Lunda Tchokwe cuja resistência é dirigida pelo Movimento do Protectorado da Lunda Tchokwe, defendendo que apesar da repressão sobre os seus membros “não desiste da sua exigência de autonomia para o território” e numa manifestação convocada por este movimento e que teve lugar nas províncias de Moxico, Lunda Norte e Lunda Sul no dia 24 de Junho de 2017 foram detidos 80 indivíduos dos quais 42 foram posteriormente condenados (Deutsche Welle, 2017).

2.2 Sistema político governativo³⁶

A República de Angola tornou-se um Estado independente a 11 de novembro de 1975, data da adopção do seu primeiro texto constitucional, este era caracterizado principalmente por uma visão monista do poder, consubstanciada no partido único, o MPLA. A mesma reservava ao MPLA no seu art. 2.º “a direcção política, económica e social do Estado”.

³⁶ Remete para a forma de governo estabelecido na lei fundamental ou Constituição, isto é, o conjunto dos órgãos constitucionais que estruturam o Estado em termos de exercício do poder. Articulado com o “sistema de governo” que em casos como o angolano, queremos significar a forma pela qual estão organizados, funcionam e se interrelacionam na prática os órgãos do poder político soberano do Estado, adoptando grosso modo a definição avançada por MARCELO REBELO DE SOUSA, O sistema de governo português, 4.ª Edição, Lisboa, 1992, p. 9. In (Coutinho & Guedes, 2007, p. 65). A concepção atrás afluída remete o ambiente em análise no presente capítulo aos actores.

Apesar de operar em regime de partido único, o jurista angolano Carlos Feijó entende que a Constituição “veio reforçar a ideia de chefia unipessoal,³⁷ ainda que, em regime de Partido único, com “*órgão colectivos de controlo(sic).*” (Feijó, 2007, p. 42).

Com o passar dos anos, as evoluções registadas tanto no cenário interno como externo, levaram a introdução de alterações significativas no sistema político angolano. (Bembe, 2014, p. 97) elenca quatro razões que estão na base dessas alterações, são elas:

a) A alteração do sistema de direcção centralizada da economia angolana (1985); b) A derrocada do sistema socialista (1987); c) Os Acordos de Nova Iorque de 22DEZ1988; d) Os Acordos de Bicesse de 31MAI1991 (Feijó, 2001: 141; Assis e Costa, 2010: 71).

Assim, em 1991 dá-se início a um processo de transição constitucional com a aprovação, pela Assembleia do Povo, da Lei n.º 12/91, de 6 de Maio, que consagrou:

a) A democracia multipartidária; b) As garantias dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos; c) O sistema da economia social de mercado, mudanças aprofundadas, mais tarde, pela Lei de Revisão Constitucional n.º 23/92, de 16 de Setembro (ibidem).

A Lei da Revisão Constitucional Angolana de 1992 (LCA), como ficou estatuído no seu preâmbulo, indica que “o sentido da alteração é o da clara definição de Angola como Estado Democrático de Direito assente num modelo de organização do Estado, baseado na separação de funções e num sistema semi-presidencial que reserva ao Presidente da República um papel activo e actuante (...)”. Introduziu “um amplo catálogo de direitos fundamentais, a criação do Tribunal Constitucional, a instituição do Provedor de Justiça e o estabelecimento do Conselho Superior de Magistratura Judicial” (Santos O. d., S/D, p. 6). Nos órgãos do Estado, alterou-se a designação do Estado para a República de Angola, do órgão legislativo para Assembleia Nacional e retirou a designação Popular da denominação dos Tribunais.

Apesar da LCA estatuir o regime semipresidencialista dizia-se na altura que “O Presidente da República era e é a principal figura do sistema político, sempre acompanhado por órgãos colegiais que lhe assistem no exercício dos poderes presidenciais.” (Feijó, 2007, p. 42). Ocorrendo “uma concentração *de facto* do poder na figura do Presidente da República que motivou uma inflexão, uma deriva, como a

³⁷ Defende que Angola apresenta “um elemento da constante idiossincrática da organização política, uma vez que quer no período pré-colonial como no colonial, a organização política e económica da sociedade era estruturada na chefia unipessoal controlada por um conselho de notáveis” (Feijó, 2007, p. 42).

apelidámos, do sistema rumo a uma solução presidencialista.” (Coutinho & Guedes, 2007, p. 78).

A realidade constitucional observada na prática e por força da via jurisprudencial³⁸ abriram caminho para a reforma/alteração constitucional que veio a dar lugar a aprovação da constituição de 2010, actualmente em vigor. A nova lei fundamental angolana de 2010, instaura um sistema de governo misto Presidencialista-Parlamentar,³⁹ passando a ser eleito Presidente da República (PR) e Chefe do Executivo, o cabeça de lista, pelo círculo nacional, do partido político ou coligação de partidos políticos mais votado no quadro das eleições gerais (CRA, art. 109.º).

No tocante a forma de poder em Angola, como refere (Pegado, 2014, p. 186) “as dinâmicas político-sociais que ocorreram no país desde a independência a actualidade, têm dado lugar a que na prática se consubstancie uma constituição real em vez da constituição formal.”, o que equivale a ideia do poder político ancorado no “(...) normativismo resultante do poder normativo dos factos,” (Moreira A. , 2003, p. 130), resultando na sobreposição da *Law in Action* a *Law in the Book* ideia defendida por (Feijó, 2007).

Na sequência das alterações de fundo levadas a cabo, passou-se de quatro órgãos de soberania (o Presidente da República, a Assembleia Nacional, o Governo e os Tribunais, (LCA, art.º 53.º, n.º 1), para três, previstos na actual Constituição (o Presidente da República, a Assembleia Nacional e os Tribunais, (CRA, art.º 105.º, n.º 1). Estes órgãos, no exercício das suas funções devem respeitar a separação e interdependência de funções estabelecidas na Constituição (CRA, art.º 105.º, n.º 3).

³⁸ Quando chamado pelo Presidente da República a pronunciar-se sobre quem deveria assumir a chefia do Governo, se o Presidente da República, se o Primeiro-Ministro, a decisão do Supremo foi clara: segundo a Lei Constitucional, o Chefe de Governo é, em Angola, o Presidente da República. Argumentando que a articulação dos arts. 68.º, 114.º, 117.º e 118.º, alínea c) da Lei Constitucional atribuem ao Presidente da República a preeminência na cadeia de comando do executivo – e que lhe cabe, portanto, poderes de direcção e chefia do Governo –, entendeu o Supremo Tribunal que as funções do Primeiro-Ministro são as de mero coadjutor do Presidente da República (Coutinho & Guedes, 2007, p. 76).

³⁹ “Apesar de designado oficialmente por “parlamentarpresidencial”, pelo facto de haver nominalmente um parlamento, teoricamente representativo da vontade geral dos cidadãos, o sistema estabelece uma forte concentração de poderes no Presidente da República (PR) e a desvalorização da Assembleia Nacional (AN), fazendo do parlamento um órgão fraco e do Executivo muito forte” (Pestana, 2011, p. 2).

Os períodos de vigência dos diferentes textos constitucionais, tem sido qualificados como sucessivas Repúblicas, assim “(...) a I correspondente ao período da democracia socialista de partido único, a II ao período da democracia multipartidária e até uma III inaugurada com a aprovação da primeira Constituição com esse nome e a primeira eleição democrática do Presidente da República em 2012.” (Santos O. d., S/D, pp. 3-4).

Por seu turno, na sua Tese de Doutoramento (Bembe, 2014, pp. 97-98) identifica e sistematiza quatro períodos essenciais que segundo ele caracterizaram o desenvolvimento do Estado angolano independente:

- a) 1975-1991: Estado centralizado com sistema partidário monolítico. Com a proclamação unilateral da independência pelo MPLA, o então Movimento Popular de Libertação de Angola, implantou um Estado de partido-único centralizado, formalmente consagrado na Lei Constitucional Angolana (LCA), com um regime monista assente no princípio da unidade do poder;
- b) 1991-2002: Ruptura constitucional com o regime político mono-partidário. Foi adoptado a «democracia pluripartidária», com o sistema partidário tendencialmente centralizado na actividade política e militar dos dois principais partidos políticos - MPLA e UNITA. Os acordos de Bicesse que pretendiam o fim da guerra da I.ª República foram decisivos para o tipo do regime político instituído;
- c) 2002-2008: Institucionalização do pluralismo político (democracia multipartidária). Com o fim da guerra civil (1975-2002), dá-se início ao processo de transição política e de consolidação da democracia. Em 2002, apesar de se manter o período sociológico da II.ª República, foi alcançada a paz definitiva em 04ABR2002, completada em 01AGO2006, com o Memorando de Entendimento sobre Cabinda (1975-2006). Assim, foi possível garantir a participação efectiva das forças políticas da oposição com assento no parlamento no «controlo» da actividade do complexo Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN);
- d) 2008-2010: Fim do processo de transição política (extinção do GURN); e, Promoção e reforço dos mecanismos nacionais para a consolidação do processo (Bembe, 2014, pp. 97-98).

Desde a abertura multipartidária em Angola, que resultou do acordo de Bicesse,⁴⁰ já tiveram lugar quatro eleições, três gerais (1992, 2012, 2017) e uma eleição legislativa,

⁴⁰ Acordo assinado por José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi em Maio de 1991 em Bicesse, povoação situada no concelho de Cascais, Portugal.

em 2008. As primeiras, em 1992 cujos resultados foram contestados, impedindo a realização da segunda volta, adiando o fim do conflito armado que assolava o país. O resultado contestado atribuía ao candidato do MPLA, José Eduardo dos Santos 49% dos votos contra 41% para o candidato da UNITA, Jonas Savimbi. Nas eleições legislativas, o MPLA obteve 53,74% dos votos, surgindo a UNITA como principal partido da oposição, com 34,10% (Diário de Notícias, 2017).

Depois da assinatura do Memorando de Luena⁴¹ à 4 de Abril de 2002, que pôs fim ao conflito armado no país, realizou-se Eleições Legislativas em 2008 que resultaram na vitória do MPLA com 191 dos 220 mandatos (86,8%); a UNITA, 16; o PRS, 8; a FNLA (Frente Nacional Libertação de Angola), 3; e a ND (Nova Democracia) 2 mandatos.

Em 2012, os angolanos foram chamados novamente as urnas para novas Eleições Gerais, desta feita, com base na constituição de 2010, que prevê a eleição indirecta do Presidente da República, sendo eleito o cabeça de lista do partido mais votado, o MPLA saiu vitorioso, elegendo 175 (71%), dos 220 deputados; a UNITA, 32 (18%); a estreante CASA-CE (Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral), 8; o PRS (partido da Renovação Social), 3; e a FNLA, 2.

O último ciclo eleitoral foi marcado pelas Eleições Gerais de 2017, em que o MPLA apresentou como cabeça de lista e consequentemente candidato a Presidente da República, o General na reserva, João Manuel Gonçalves Lourenço, marcando a saída de José Eduardo dos Santos na condução dos destinos do país que governou desde 1979. A tendência vitoriosa do MPLA manteve-se nas eleições de 2017, desta feita com 61,7% correspondendo à 150 deputados do total dos 220, seguido da UNITA com 26,71% com 51 deputados, a CASA-CE com 9,46% ,16 deputados (Expresso, 2017).

2.2.1 Organismos

Como ficou exposto, o Presidente da República ganha gradualmente a preeminência na condução dos destinos do país ao longo do período em análise, estando no topo da sede do poder (Feijo, 2007; Pegado, 2014; Bembe, 2014; Santos O. d., S/D; Vidal, 2011).

⁴¹ Capital da província do Moxico, em Angola, situada a 1 250 quilómetros de Luanda.

Em relação a sede do poder em Angola, na sua análise dos factores estratégicos de Angola enquanto potência regional emergente, Aida Pegado faz-nos uma esquematização bem conseguida quanto a nós, afirmando que,

ela terá a forma de um T. No topo está o Presidente da República (PR). No sentido horizontal estão os *law in action*, ou seja, entidades paralelas ao exercício da actividade governamental, têm mais poder do que um ministro e constituem a sede de apoio ao PR. São elas: a Casa de Segurança do lado esquerdo, o MPLA partido Estado e cuja hierarquia predomina sobre a hierarquia do Estado ao centro e a Casa Civil à direita. Segue-se, na linha vertical, o Vice-Presidente da República; o Presidente da Assembleia Nacional (...) No governo o MPLA retoma a hegemonia, liderando a sede do poder com o Executivo constituído por elementos do Partido maioritário (Pegado, 2014, pp. 186-187).

Apesar da presidencialização ter ocorrido como um processo gradual, este ganha maior ímpeto com a ascensão de José Eduardo dos Santos à presidência da República porque “Embora tenha estado obrigado, num primeiro momento, a seguir a linha traçada por Neto, José Eduardo dos Santos foi reforçando a presidencialização e a personalização do regime e cedo começou a impor-se como figura pivot do sistema de poder”⁴² (Gomes, 2009, p. 188) por via da “(...) dominação progressiva de uma forma patrimonial de Estado e de exercício do poder.” Messiant (1994) e Pestana (2002) Apud (Gomes, 2009, p. 189).

Assiste-se a uma transição da sede da dominação patrimonial do Estado e por consequência de todo o sistema, conquanto “O domínio partidário sobre o sistema económico será assegurado ainda durante a administração de neto (sic), mas caberá ao seu sucessor ir além e alcançar a efectiva hegemonia pessoal/institucional da Presidência sobre todo o sistema” (Vidal, 2011, p. 11).

2.2.2 Presidente da República

O Presidente da República é o Chefe de Estado, o titular do Poder Executivo e o Comandante em Chefe das Forças Armadas Angolanas (CRA, art.º 108, n.º 1). Promove e assegura a unidade nacional, a independência e a integridade territorial do País e representa a Nação no plano interno e internacional; devendo ainda respeitar e defender

⁴² Alors que les organes du pouvoir étaient de plus en plus occupés par des militaires, c’est autour de la Présidence que les pouvoirs ont été progressivement concentrés: bien n’ayant aucune base sociale propre, le Président qui succéda à Agostinho Neto, José Eduardo dos Santos, put imposer son pouvoir en jouant au fil des années des divisions et rivalités. C’est bientôt par lui (et non par le Parti, ni par le gouvernement) que se firent les promotions politiques et c’est lui qui, même s’il subit des pressions, détint de plus en plus le pouvoir de décision.” Messiant (1994, p. 176) Apud (Gomes, 2009, pp. 189-190).

a Constituição, assegurar o cumprimento das leis e dos acordos e tratados internacionais, promover e garantir o regular funcionamento dos órgãos do Estado (CRA, art.º 108, n.ºs 4 e 5).

O Presidente da República na qualidade do titular do poder executivo, é auxiliado por um Vice-Presidente, Ministros de Estado e Ministros. Por sua vez, os Ministros de Estado e os Ministros são auxiliados por Secretários de Estado e/ou Vice-Ministros, se os houver (CRA, art.º 108, n.ºs 2 e 3). Nessa mesma qualidade, o Presidente da República dirige a política geral de governação do País e da Administração Pública (CRA, art.º 120, Alínea b). Também tem o poder de superintendência sobre a administração indirecta do Estado e o poder de tutela sobre a administração autónoma.

A intervenção indirecta do Presidente da República faz-se através dos institutos públicos, agências reguladoras e empresas públicas; e, de forma autónoma, através do Poder local autárquico e associações públicas, bem como por entidades administrativas independentes. Os Governadores Provinciais⁴³ como representantes da administração central do Estado na respectiva província, são nomeados pelo Presidente da República, perante quem respondem política e institucionalmente.

As competências do Presidente da República de Angola, definidas na Constituição podem ser divididas, pelo menos, nas seguintes cinco dimensões:

- a) Enquanto Chefe de Estado (CRA, art.º 119.º); b) Como titular do Poder Executivo (CRA, art.º 120.º); c) Na área das Relações Internacionais (CRA, art.º 121.º); d) Enquanto Comandante em Chefe das Forças Armadas Angolanas (CRA, art.º 122.º); e) Em matéria de Segurança Nacional (CRA, art.º 123.º).

2.2.3 Órgãos de Planeamento Estratégico

No que ao planeamento diz respeito, ganha especial ênfase, pelo menos naquilo que diz respeito a organização formal do poder – Estatuto orgânico⁴⁴ - o Ministério do

⁴³ O país está subdividido em 18 províncias, 164 municípios e 557 comunas, cidades, vilas e aldeias. A lei angolana prevê que as formas organizativas do poder local compreendam as autarquias locais, as instituições do poder tradicional e outras modalidades específicas de participação, e também a desconcentração e descentralização administrativa, sem prejuízo dos poderes de direcção da ação administrativa do executivo.

⁴⁴ Decreto lei n.º 6/03 de 27 de Maio. Em 2018 o Ministério do Planeamento foi incorporado no Ministério da Economia pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/17, de 13 de Outubro passando para o Ministério da Economia e Planeamento. O Estatuto Orgânico deste novo Ministério publicado no Decreto Presidencial

Planeamento. Este instrumento jurídico incumbe ao Ministério do Planeamento ao nível da administração central do Estado a “coordenação das actividades técnicas de planeamento, pela elaboração das propostas de estratégias e planos de desenvolvimento económico e social e pelo acompanhamento técnico da sua execução.” (art. 1.º) e indica que estas tarefas devem ser desenvolvidas “em articulação com os demais órgãos do sistema de planeamento.” (art. 2.º).

As suas atribuições estão estatuídas nas alíneas a) b) c) do n.º 1 referente as políticas e estratégias do desenvolvimento. Nas alíneas a) à p) do n.º 2 estão as atribuições referentes ao planeamento e gestão macroeconómica. O n.º 3 refere-se a programação e gestão do investimento público nas suas alíneas a) b) e c). As alíneas a) b) e c) do n.º 4, estabelecem os regulamentos referentes a informação económica. A regulação do desenvolvimento provincial, está nas alíneas a) b) e c) do n.º 5, e por fim, a integração económica regional, encontra-se balizada pelas alíneas a) à e) do n.º 6.

Ao nível dos serviços e órgãos internos do Ministério Planeamento, ganham especial destaque, os serviços de apoio consultivo, constituídos pelo Conselho Consultivo,⁴⁵ Conselho de Direcção⁴⁶ e pelo Conselho Técnico⁴⁷ e os serviços executivos centrais, constituídos pela Direcção Nacional de Estudos e Planeamento,⁴⁸ Direcção Nacional de Investimentos⁴⁹ e a Direcção Nacional de Desenvolvimento Territorial.⁵⁰

Porém as dinâmicas político-sociais que podemos associar ao poder normativo dos factos anteriormente evocados e na linha da *Law in Action* introduz no sistema

n.º 43/18 de 12 de Fevereiro mantém no essencial as mesmas competências, reservando para a área de planeamento uma Secretaria de Estado.

⁴⁵ Órgão de consulta em matéria de programação e coordenação das actividades do Ministério do Planeamento.

⁴⁶ Órgão de apoio ao Ministro nas matérias de programação organização das actividades do respectivo Ministério.

⁴⁷ Órgão de apoio ao Ministro do Planeamento nas matérias de carácter técnico, nomeadamente as questões metodológicas de planeamento e de programação económico e social.

⁴⁸ Serviço executivo central ao qual compete em geral, avaliar o potencial de mobilização de recursos para o desenvolvimento económico social, priorizar a sua utilização e promover o desenvolvimento económico e social.

⁴⁹ Serviço executivo central ao qual compete preparar, em articulação com os demais órgãos de administração do Estado, o programa nacional de investimento público.

⁵⁰ Serviço executivo central do Ministério através do qual é executada a política do desenvolvimento provincial e é assegurada a coordenação dos planos desenvolvimento provincial.

político governativo de Angola entidades paralelas ao exercício da actividade governamental que constituem a sede de apoio ao PR e que “têm mais poder do que um ministro (...)” (Pegado, 2014, p. 167). Assim, torna-se evidente que embora o Ministério do Planeamento tenha relevância ao nível do ordenamento jurídico *Law in the Book*, a análise da forma como o poder é exercido em Angola requer uma atenção especial as entidades paralelas a que já fizemos referência, por serem muitas vezes, órgãos com poderes, se não de direito, mas de facto, na condução do planeamento estratégico nacional.

Conforme resulta da esquematização proposta por Aida Pegado (2014), a Casa de Segurança do PR; o MPLA e a Casa Civil do PR constituem estas entidades acima aludidas, com influência considerável no desenho e execução das políticas públicas em Angola. A análise das atribuições da Casa Civil do PR constantes no art. 2.º, alíneas a) à n) do seu estatuto orgânico⁵¹ evidencia esta influência. Da sua natureza resulta que é um órgão essencial e auxiliar do PR tendo como objecto:

a assistência, a assessoria e apoio técnico directo e imediato ao Presidente da República no desempenho das suas funções, especialmente na condução da actuação do Executivo, na verificação da constitucionalidade e legalidade dos actos do Presidente da República, assim como no relacionamento com a Assembleia Nacional e outros órgãos (art. 1.º, Decreto Presidencial n.º 43/10).

⁵¹ Decreto presidencial n.º 43/10 de 6 de Maio.

CAPÍTULO III – ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS POLÍTICOS

Os documentos selecionados resultam da sua natureza orientadora da acção das entidades responsáveis pela condução dos destinos da comunidade nacional cuja análise permite inferir, por dedução, o CEN seguido no período em análise ou a falta deste.

A Constituição da República, por se constituir, pelo seu carácter normativo e programático, um instrumento de planeamento por excelência, na medida em que evidência os interesses nacionais de uma determinada comunidade política e os objectivos nacionais permanentes dele decorrentes - o que um Estado/Nação deseja e o que se pretende salvaguardar - sendo esta constatação válida para o caso angolano.

Os instrumentos político-governativos – Programas de governo; Programas eleitorais e planos de médio e longo prazo - também apresentam a mesma virtude, por neles se inscrever o que o Estado procura atingir.

Na mesma linha, decidiu-se pela análise da LDNFA, por a sua adopção resultar de um comando constitucional com o intuito de levar avante uma das funções primordiais do Estado - da qual todas as outras dependerão em última análise - a garantia da independência, soberania, unidade nacional e a integridade territorial, entre outras.

Desta análise resultou a elaboração de uma tabela síntese⁵² onde são identificadas as AN, IN e os ON presentes nos instrumentos analisados.

3.1 Constituição da República de Angola

O preâmbulo da Constituição da República de Angola (2010), deixa evidente que esta resulta das aspirações do povo angolano, conceito fundamental no nosso trabalho. Evoca também as tradições históricas e a sabedoria das lições da história do povo angolano o que remete para a cultura estratégia, cuja definição já foi avançada na discussão dos conceitos operacionais.⁵³ Os interesses nacionais de Angola, tidos como valores fundamentais são, a Independência, a Soberania e a Unidade do Estado democrático e de direito.

⁵² cf. Apêndice II

⁵³ cf. definição na nota 26

Partindo dos interesses nacionais atrás apontados, a CRA 2010, determina como objetivos nacionais permanentes:

Garantir a independência nacional, a integridade territorial, e a soberania nacional; (ii) Assegurar os direitos, liberdades e garantias fundamentais; (iii) Criar progressivamente as condições necessárias para tornar efetivos os direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos; (iv) Promover o bem-estar, a solidariedade social e a elevação da qualidade de vida do povo angolano, designadamente dos grupos populacionais mais desfavorecidos; (v) Promover a erradicação da pobreza; (vi) Promover políticas que assegurem o acesso universal ao ensino obrigatório gratuito, nos termos definidos por lei; (vii) Promover a igualdade de direitos e de oportunidades entre os angolanos, sem preconceitos de origem, raça, filiação partidária, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; (viii) Efetuar investimentos estratégicos, massivos e permanentes no capital humano, com destaque para o desenvolvimento integral das crianças e dos jovens, bem como na educação, na saúde, na economia primária e secundária e noutros sectores estruturantes para o desenvolvimento autossustentável; (ix) Assegurar a paz e a segurança nacional; (x) Promover a igualdade entre o homem e a mulher; (xi) Defender a democracia, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos e da sociedade civil na resolução dos problemas nacionais; (xii) Promover o desenvolvimento harmonioso e sustentado em todo o território nacional, protegendo o ambiente, os recursos naturais e o património histórico, cultural e artístico nacional; (xiii) Proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e comunicação; (xiv) Promover a melhoria sustentada dos índices de desenvolvimento humano dos angolanos; (xv) Promover a excelência, a qualidade, a inovação, o empreendedorismo, a eficiência e a modernidade no desempenho dos cidadãos, das instituições e das empresas e serviços, nos diversos aspectos da vida e sectores de atividade (art. 21º da CRA, 2010).

Os interesses nacionais acima evocados “A independência, integridade territorial e unidade nacional;” (CRA, art. n.º 236.º, alínea b), fazem parte dos limites materiais da revisão da constituição angolana, o que significa que em nenhuma circunstância estes ditames podem ser alterados.

No concernente ao limite temporal da revisão da constituição angolana, está estatuído que “A Assembleia Nacional pode rever a constituição, decorridos cinco anos da sua entrada em vigor ou da última revisão ordinária.” (CRA, art. 235.º).

A iniciativa da revisão é da competência do “Presidente da República ou a um terço dos Deputados à Assembleia Nacional em efectividade de funções.” (CRA, art.

233.º) e a sua aprovação carece dos votos favoráveis de “maioria de dois terços dos Deputados em efectividade de funções.” (CRA, art. 234.º, nº 1).

3.2 Africa no horizonte 2063

A Agenda 2063, resulta de uma visão da Africa virada para o futuro⁵⁴ “Uma África integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus próprios cidadãos, representando uma força dinâmica na arena internacional.” (CUA, 2014, p. 12). Foi adoptada em Janeiro de 2015 em Adis Abeba, Etiópia, pela 24ª Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da UA, na sequência de consultas extensivas com todas as composições da sociedade africana.⁵⁵

A Agenda 2063 foi dividida numa série de cinco planos de dez anos, num horizonte de 50 anos, o primeiro, em vigor actualmente vai de 2014 a 2023. Este serve de base para a elaboração de planos de desenvolvimento a médio prazo, nos Estados membros da União, nas Comunidades Económicas Regionais (CER) e nos Órgãos da UA.

A Agenda 2063 procedeu a revisão dos planos estratégicos das CER e também os Planos Nacionais dos Estados-Membros. Identificou-se como áreas prioritárias de actuação,

Crescimento económico sustentável e inclusivo; Desenvolvimento do Capital Humano; Agricultura/agregação de valor e desenvolvimento de agro-negócios; Geração de empregos, especialmente para jovens e mulheres; Protecção Social; Desenvolvimento do Género/Mulheres e capacitação da juventude; Boa governação, incluindo instituições capazes; Desenvolvimento de infra-estruturas; Ciência, Tecnologia, Inovação; Industrialização baseada na produção; Paz e Segurança; Cultura, Artes e Desporto (CUA, 2014, p. 6).

A Agenda 2063 se baseia em sete Aspirações, que são,

1ª Aspiração: Uma África próspera baseada no crescimento inclusivo e desenvolvimento sustentável.

⁵⁴ Nos últimos 50 anos (1963-2013) a África concentrou o seu colectivo na descolonização, na luta contra o apartheid e na concretização da independência política para o continente (CUA, 2014, p. 12).

⁵⁵ Foram realizadas com os seguintes grupos de interesse: Sector Privado, Académicos/Grupos de Reflexão; Sociedade Civil; Peritos em matéria de Planeamento; Mulheres, Juventude; Meios da Comunicação Social; Representantes das CER; Fórum dos Antigos Chefes de Estado e de Governo; Grupos Religiosos; Ministérios de Tutela e outros.

2ª Aspiração: Um continente integrado; politicamente unido com base nos ideais do pan-africanismo e na visão do Renascimento da África.

3ª Aspiração: Uma África de boa governação, democracia, que respeita os direitos humanos, justiça e estado de direito.

4ª Aspiração: Uma África pacífica e segura.

5ª Aspiração: Uma África com uma forte identidade cultural, herança, valor e ética comuns.

6ª Aspiração: Uma África, onde o desenvolvimento seja orientado para as pessoas, confiando no potencial do povo Africano, especialmente na mulher e na juventude, e nos cuidados à criança.

7ª Aspiração: África como actor, unida, resistente, forte e influente e parceira a nível mundial (CUA, 2014, p. 16).

Da conjugação das aspirações e dos interesses identificados resultou a identificação de 20 objectivos de longo prazo para o continente africano, dos quais estão identificadas as áreas prioritárias de actuação, são eles:

(1) Um Padrão de Vida elevado, Qualidade de Vida e Bem-estar para todos os Cidadãos. (2) Cidadãos bem educados e revolução de Competências apoiada pela Ciência, Tecnologia e Inovação. (3) Cidadãos saudáveis e bem nutridos. (4) Economias transformadas. (5) Agricultura moderna para aumentar a produtividade e a produção. (6) Economia azul/oceano para um crescimento económico acelerado. (7) Economias ambientalmente sustentáveis e resistentes às alterações climáticas. (8) Estados Unidos da África (Federais ou Confederados) (9) Instituições Financeiras e Monetárias Continentais implementadas e funcionais. (10) África com Infraestruturas cruzadas de classe mundial. (11) Valores democráticos, práticas, princípios universais dos direitos humanos, da justiça e do estado de direito bem estabelecidos. (12) Instituições adequadas e liderança transformadora implementadas. (13) Preservação da Paz, Segurança e Estabilidade. (14) Uma África Estável e Pacífica. (15) Uma APSA (Arquitetura Africana de Paz e Segurança) totalmente funcional e operacional. (16) Renascimento Cultural Africano é preeminente. (17) Plena Igualdade de Género em Todas as Esferas da Vida. (18) Jovens e Crianças Envolvidos e Capacitados. (19) África como parceiro importante nos assuntos globais e coexistência pacífica. (20) A África assume plena responsabilidade de financiar o seu próprio desenvolvimento. (CUA, 2014, pp. 6-8).

3.3 Estratégia Angola 2025

O período em análise (2002-2017) coincide em grande parte⁵⁶ com a vigência da Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo para Angola (2025). A mesma tem como ponto inicial de referência o ano 2000 e abrange o período 2000-2025, mas sofreu um processo geral de revisão e reajustamento, durante 2006, tendo em consideração aspectos

⁵⁶ Convém notar que embora o documento esteja perspectivado para o horizonte 2025, encontra-se actualmente num estado avançado de elaboração uma Agenda sequencial para o horizonte 2050.

relacionadas com o alcance da Paz em Abril de 2002, que gerou alterações profundas em todos os domínios da vida política, económica e social do País.

Como consta da sua nota metodológica, o Angola 2025 resulta do abraçar da iniciativa introduzida pela AFRICAN FUTURES⁵⁷ que visa ampliar a acção do programa para a promoção da prospectiva na África Subsahariana, levado a cabo desde o início da década de 90 do século XX. Esta iniciativa foi reforçada por um manifesto lançado no ano de 2003 onde se interrogam “sobre “a(s) via(s) sugeridas ou recomendadas que, entre as possíveis, necessitam de ser seguidas”, sobre estas “quais as preferíveis, os obstáculos a evitar e os ventos susceptíveis de lhes serem favoráveis.” (Angola, Governo de, 2007, p. 1).

A elaboração da Estratégia Angola 2025 assentou em 5 opções estratégicas definidas pelo governo, a saber:

a) Promoção e Consolidação do Processo de Pacificação Nacional. b) Promoção do Desenvolvimento Sustentável, com Crescimento Económico e Erradicação da Pobreza. c) Promoção e Consolidação da Estabilidade Macroeconómica e Social. d) Edificação de uma Economia Nacional Integrada e) Redução das Assimetrias Regionais. (Angola, Governo de, 2007, p. 11).

A estas opções políticas, foram identificados 6 eixos prioritários de actuação, que são:

i) Eixo Prioritário 1: Assegurar o Desenvolvimento, a Estabilização, as Reformas, a Coesão Social e a Democracia; ii) Eixo Prioritário 2: Promover a Expansão do Emprego e o Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico; iii) Eixo Prioritário 3: Recuperar e Desenvolver as Infraestruturas de Apoio ao Desenvolvimento; iv) Eixo Prioritário 4: Promover o Desenvolvimento dos Sectores Económicos e Financeiros e a Competitividade; v) Eixo Prioritário 5: Apoiar o Desenvolvimento do Empreendedorismo e do Sector Privado; vi) Eixo Prioritário 6: Promover a Coesão Nacional e o Desenvolvimento do Território. (ibidem).

Das opções políticas e dos eixos prioritários identificados na elaboração da Estratégia Angola 2025 resultou a identificação de objectivos nacionais a longo prazo,

⁵⁷ Resultou no projecto “Future Africans”, lançado em Abidjan em Fevereiro de 1992, para apoiar os Países pertencentes a este continente, não só para a produção de estudos prospectivos sobre a sua realidade, como também para constituir capacidades prospectivas no seu seio.

para os quais foram estabelecidos objectivos específicos com medidas de política e acções concretas com metas e indicadores mensuráveis,⁵⁸ estes visam:

Garantir a Unidade e a Coesão Nacional; Construir uma Sociedade Democrática e Participativa, garantindo as liberdades e direitos fundamentais e o desenvolvimento da sociedade civil; Promover o Desenvolvimento Humano e o Bem-Estar dos Angolanos, assegurando a Melhoria da Qualidade de Vida, Combatendo a Fome e a Pobreza Extrema; Promover o Desenvolvimento Sustentável, Competitivo e Equitativo, garantindo o Futuro às Gerações Vindouras; Promover o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação; Apoiar o Desenvolvimento do Empreendedorismo e do Sector Privado; Desenvolver de Forma Harmoniosa o Território Nacional; Promover a Inserção Competitiva da Economia Angolana no Contexto Mundial e Regional (CUA, 2014, p. V6).

De notar que a implementação/execução da Estratégia Angola 2025 foi dividida em três etapas, a saber:

Etapas A (2000-2005) - Paz, Reconstrução Nacional e Arranque do Crescimento Económico; Etapas B (2005-2015) - Consolidação da Reconstrução Nacional, Modernização e Desenvolvimento; Etapas C (2015-2025) - Sustentabilidade e Crescimento. (CUA, 2014, p. V34).

Enquadrado na Estratégia Angola 2025 foi elaborado em 2012 um plano de médio prazo denominado Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017⁵⁹ que tinha como ideia força “Estabilidade, Crescimento e Emprego”. Para o período 2018-2022⁶⁰ vigora um novo PND que segue a mesma linha de orientação.

3.4 Programa governo MPLA 2012-2017

O programa de governo do MPLA para o período 2012-2017 estabelece como foco “o combate à fome e à pobreza extrema e o aumento da qualidade de vida do povo

⁵⁸ Os indicadores são medidos tendo como referência a situação de partida (2000), situação intermédia (2015) e a situação de chegada (2025).

⁵⁹ Enquadrado no Angola 2025, pauta-se pelos seguintes Grandes Objectivos Nacionais: 1. Preservação da unidade e coesão nacional; 2. Garantia dos pressupostos básicos necessários ao desenvolvimento; 3. Melhoria da qualidade de vida; 4. Inserção da juventude na vida activa; 5. Desenvolvimento do sector privado; 6. Inserção competitiva de Angola no contexto internacional

⁶⁰ Aprovado no dia 26/04/2018 na 4ª Sessão do Conselho de Ministros (ANGOP, 2018b).

angolano de Cabinda ao Cunene.” (MPLA, 2012, p. 18). Este programa assenta em seis eixos fundamentais, que são:

Consolidar a Paz, Reforçar a Democracia e Preservar a Unidade e Coesão Nacional; Garantir os Pressupostos Básicos Necessários ao Desenvolvimento; Melhorar a Qualidade de Vida dos Angolanos; Elevar a Inserção da Juventude na Vida Activa; Apoiar o Empresariado Nacional; Reforçar a Inserção Competitiva de Angola no Contexto Internacional. (ibidem).

Ao nível da sua preocupação com o desenvolvimento sustentável, assente no segundo eixo, aponta como uma das suas preocupações “a promoção de uma política populacional em linha com a estratégia de desenvolvimento do País.” (MPLA, 2012, p. 45).

Na análise ao programa, encontramos menções a uma série de documentos em utilização ou em produção, alguns deles integrados e/ou alinhados com a Estratégia Angola 2025, são eles, o Plano Nacional de Formação de Quadros (MPLA, 2012, p. 51); Estratégia de Diversificação da Economia Nacional (MPLA, 2012, p. 53); Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (MPLA, 2012, p. 54); Estratégia de Diversificação da Produção Mineira (MPLA, 2012, p. 58); Plano Nacional de Geologia e a Estratégia Integrada para o Relançamento do Sub-Sector do Ferro e Manganês e da Indústria Siderúrgica em Angola (MPLA, 2012, p. 59); Estratégia e Política Energética Nacional (MPLA, 2012, p. 62); Estratégia de desenvolvimento regional equilibrado do País (MPLA, 2012, p. 74); Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Violência contra a Criança (MPLA, 2012, p. 80); Estratégia Nacional de Resíduos e Estratégia de gestão dos parques Nacionais e as reservas Naturais e Integrais e áreas de Conservação (MPLA, 2012, p. 86); Estratégia de desenvolvimento do desporto (MPLA, 2012, p. 100).

No capítulo relativo a Defesa Nacional e Segurança, o documento aponta sobretudo para reformas legislativas e a instituição de políticas com vista ao aumento da eficiência dos órgãos que intervêm neste domínio (MPLA, 2012, pp. 40-42).

Ao nível da Política Externa, o programa aponta para a necessidade de se “continuar a prosseguir o interesse nacional,” .” (MPLA, 2012, p. 113), sendo este definido como o “conjunto dos interesses políticos e económicos estratégicos de Angola no plano externo.”(ibidem). Aponta para o dever do Governo, das empresas e demais

instituições públicas e privadas que operam transnacionalmente actuarem com esta finalidade. Defende também a garantia da segurança nacional e a preservação da soberania e integridade territorial, assim como a participação de Angola como um actor relevante no SPI. Também apresenta a estratégia a ser adoptada por Angola juntos das Organizações Financeiras Internacionais e das Organizações Multilaterais (MPLA, 2012, pp. 113-118).

É um programa que se pretende inclusivo⁶¹ que quer ver atendidas “(...) as aspirações nacionais de desenvolvimento material e espiritual dos angolanos.” (MPLA, 2012, p. 18).

3.5 A UNITA e a Agenda Angola 2030

No seu programa eleitoral de 2017, a UNITA apresenta-nos um documento intitulado “Angola 2030 GIP Governo Inclusivo e Participativo”. A leitura do referido documento dá-nos a entender que este assume um carácter que ultrapassa um programa eleitoral concebido na perspectiva de uma legislatura, como é assumido no próprio documento “Angola 2030” é mais do que um programa eleitoral.” (UNITA, 2017, p. 8).

O programa eleitoral da UNITA para 2017 insere-se na denominada “Agenda para a Década” que inclui um programa para a legislatura. A “Agenda para a Década” enquadra-se na “Agenda 2030”. A sua implementação será na perspectiva de curto e médio prazo. A curto prazo,⁶² fase inicial, pretende-se instituir “um plano de emergência nacional para garantir a estabilidade social e a recuperação económica, assente em prioridades definidas.” (UNITA, 2017, p. 13). A médio prazo, com foco em políticas e programas estruturantes, pretende-se “o resgate da cidadania, a reforma profunda do Estado e da economia e a afirmação da nova identidade de Angola no mundo.” (idem).

Trata-se de um documento que se assume como uma visão de futuro cuja materialização será “por meio de diversos programas e projectos concretos, com

⁶¹ Na medida em que se defende “a interacção entre o Executivo do MPLA com todas as forças vivas da nação, envolvendo os órgãos de soberania, as diversas confissões religiosas, os Partidos Políticos, as Organizações Não Governamentais, os Órgãos de Imprensa e de Informação, o Sector Privado e Cooperativo nacional, todas as estruturas da Sociedade Civil organizada, o cidadão a título individual e as comunidades” (MPLA, 2012, p. 18).

⁶² “No primeiro período de cinco anos serão implementadas as soluções de curto prazo para os problemas de emergência nacional” (UNITA, 2017, p. 13).

objectivos mensuráveis e metas devidamente estruturadas e avaliadas em termos de impacto, a curto, médio e longo prazos” (UNITA, 2017, p. 11).

A UNITA defende a importância de estabelecer uma orientação para o futuro na medida em que a “experiência tem demonstrado que somente avançam aquelas sociedades que conseguem ancorar as suas acções do presente em visões sobre os seus futuros.” (UNITA, 2017, p. 11). Uma visão do futuro requer “uma análise aprofundada dos anseios e aspirações da sua população e uma definição dos princípios e valores que orientam a construção e os construtores do futuro” (ibidem).

Nas suas linhas gerais, o documento assume-se como

uma plataforma para se resolver, de forma consensual e como comunidade política, as grandes questões que se nos colocam, como o resgate da cidadania, a afirmação da nacionalidade angolana, seu sistema de valores, o sistema político, a reestruturação da economia, a construção do futuro e a integração de Angola na economia global (...) convite à concórdia, ao progresso social e ao desenvolvimento económico. (UNITA, 2017, p. 8).

No capítulo relativo a Política de Defesa Nacional, elegem-se como objectivos centrais “a capacidade para garantir a Segurança do Estado e dos cidadãos (...) a capacidade para projectar segurança, no plano externo, e cooperar, no quadro dos sistemas de alianças, a favor da segurança regional e internacional.” (UNITA, 2017, p. 68). Constituindo como objectivos derivados,

a) garantir a soberania do Estado, a independência nacional, a integridade do território e os valores fundamentais da ordem constitucional; b) garantir a liberdade e a segurança física, alimentar, política, patrimonial e social das pessoas; c) garantir a liberdade de acção dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas e realização das funções e tarefas essenciais do Estado; e d) assegurar a manutenção da paz, em consonância com os interesses nacionais.(ibidem).

No quadro da política externa, somente encontramos duas alusões ao termo política externa no documento, a primeira no capítulo relativo a Reforma do Estado, onde se propõe a instituição de um programa, numa série de oito, denominado “Programa Angola Global: Reposicionamento da Política Externa e Cooperação Internacional.” (UNITA, 2017, p. 44).

Os contornos em que se materializarão este programa consta do ponto nove com a denominação genérica de “Angola Global: Reposicionamento estratégico de Angola no Mundo” que entre outros, preconiza uma nova atitude para com a diáspora angolana; As relações económicas externa de Angola; Promoção da Segurança e Estabilidade Internacionais; Por uma Resposta Integrada da Política de Segurança e Defesa e a Segurança Cooperativa, âmbito onde surge a segunda alusão a política externa no documento, em referencia ao desenvolvimento de uma Política Externa e de Segurança Comum com as organizações internacionais e regionais de que Angola é parte (UNITA, 2017, pp. 66-69).

É um documento que se pretende também inclusivo⁶³ na esteira daquilo que acontece com o programa de governo do MPLA analisado no ponto anterior.

3.6 Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas

Conforme estatuído na CRA, 2010 (art. 207º. nºs 1, 2 e 3) está reservado as Forças Armadas Angolanas (FAA) a garantia da defesa da soberania e independência nacionais, da integridade territorial e dos poderes constitucionais e, por iniciativa destes, da lei e da ordem pública, o asseguramento da liberdade e segurança da população contra agressões e outro tipo de ameaças externas e internas, bem como, o desenvolvimento de missões de interesse público, nos termos da Constituição e da lei (nº 1 do art. 206º da CRA).

A execução da política da defesa nacional é da competência do Ministério da Defesa Nacional que também assegura e fiscaliza a administração das forças armadas e de outros órgãos e serviços conexos.

Em obediência ao estabelecido no nº 2 do art. 206º. da CRA, foi aprovada a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA)⁶⁴ considerada desadequada a actual

⁶³ “Um convite dirigido aos anciãos de todos os povos de Angola, aos patriotas de todos os partidos, às mulheres e homens de cultura, aos oficiais e agentes das forças de defesa e segurança, a todos os cidadãos. É uma luz para a juventude martirizada, um ramo de oliveira estendido às autoridades do actual regime, um convite à parceria com as lideranças eclesíásticas, um manancial de oportunidades para os investidores e uma mensagem de hospitalidade e fraternidade a todos os que pretendem fazer de Angola a sua segunda Pátria.” (UNITA, 2017, p. 8)

⁶⁴ Lei nº 2/93 de 26 de Março. Foi noticiado a aprovação de uma nova LDNFA à 19 de Julho de 2012 (ANGOP, 2012) mas não nos foi possível confirmar esta informação, acedendo a suposta lei, apesar de diligencias junto da Imprensa Nacional e do Ministério da Defesa Nacional de Angola. Outrossim, tivemos informações de estar em fase de discussão um novo Projecto de Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas. Em reacção a aprovação do relatório do pacote legislativo que incluía as propostas de Lei de

realidade do país. Esta estabelece a Política da Defesa Nacional de Angola, cujos objectivos permanentes são,

a) garantir a Independência Nacional; b) assegurar a integridade do território; c) garantir a unidade nacional; d) salvaguardar a liberdade e a segurança das populações bem como a protecção dos bens e do património Nacional; e) garantir a liberdade de acção dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas e possibilitar a realização das tarefas fundamentais do Estado f) contribuir para o desenvolvimento das capacidades morais e materiais da Comunidade Nacional, de modo a permitir-lhe prevenir ou reagir pelos meios adequados a quaisquer ameaças ou agressões; g) assegurar a manutenção ou o estabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais (art. 3.º da LDNFA).

O n.º 2 do art. 5.º da LDNFA prevê a definição de um CEDN por parte do executivo, o que não se concretizou até a data. O CEDN serviria para a “definição dos aspectos fundamentais da estratégia global do Estado adoptado para a consecução dos objectivos da Política de Defesa Nacional” (n.º 1 do art. 5.º da LDNFA).

Bases das Carreiras Militares das Forças Armadas, Lei Geral do Serviço Militar, Lei dos Postos e Distintivos Militares das Forças Armadas e a Lei das Condecorações Militares das Forças Armadas Angolanas (o pacote legislativo foi entretanto aprovado à 21 de Junho de 2018) que não acolheu a concordância da CASA-CE, que é de opinião que a aprovação da nova LDNFA devia preceder a de este pacote legislativo. O líder do grupo parlamentar daquela formação política, André Mendes de Carvalho “Miau” considerou ser “imperiosa a aprovação antes da Lei da Defesa Nacional, porque nela estão contidos os conceitos e as linhas mestras para se definir a defesa nacional” (Diário de Notícias, 2018).

CAPÍTULO IV – DISCUSSÃO DO CONCEITO ESTRATÉGICO NACIONAL

Neste capítulo, efectuamos a análise dos instrumentos políticos apresentados no capítulo anterior tendo em conta o CEN. Considerando que as dimensões analisadas em forma de categorias, foram as de Aspirações nacionais, Interesses nacionais e Objectivos nacionais e a sua integração nos vários documentos conforme aludido no enquadramento metodológico (cf. nota introdutória), estabelecemos correlações ou associações entre as diferentes características do material que analisamos, conforme sugere Bardin (1977).

Também consideramos os eixos centrais preconizados nos documentos em análise no domínio político, económico, cultural, militar e tecnológico por dedução a partir das características extraídas dos mesmos.

Procedemos igualmente a análise da integração/afinidade dos documentos seleccionados com base na origem/motivação da sua produção, com base nos elementos transversais/discrepantes existentes entre eles.

4.1 O CEN e as dimensões/categorias das Aspirações, Interesses e Objectivos nacionais

Na análise do aspecto relativo ao Âmbito Territorial, o único documento que não tem o território angolano como o seu enquadramento territorial, é a Agenda 2063 da UA, mas esta por versar sobre o continente africano e ser produzido pela UA, organização da qual Angola é parte contratante, e por o documento ter sido adoptado pelo Estado angolano, acaba por ter enquadramento no sistema de planeamento em Angola.

O princípio orientador dos documentos analisados demonstra que existe a preocupação com a integração africana e a prospectiva tanto na Agenda Africa 2063 como na Estratégia Angola 2025. O PND 2013-2017 resultando da Estratégia Angola 2025, também segue o mesmo princípio. Quanto ao programa do governo MPLA 2012-2017 como o programa eleitoral UNITA 2017 – Agenda 2030 constituem instrumentos políticos de governação com o programa da UNITA a ter uma dimensão de planeamento de longo prazo, constituindo uma visão de futuro que aquele partido preconiza para Angola.

A CRA 2010, representa um contrato social, uma visão de sociedade, tem como princípio orientador a luta do povo angolano e a tradição africana. A LDNFA, resulta de uma orientação/determinação da CRA 2010.

Os Eixos prioritários também mostram que a preocupação da Agenda Africa 2063 é a construção de uma África integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus próprios cidadãos, representando uma força dinâmica na arena internacional (CUA, 204, p. 12) A Estratégia Angola 2025 visa entre outras assegurar o desenvolvimento nas suas várias dimensões e a promoção da Coesão Nacional. O PND 2013-2017 na mesma linha procura a “Estabilidade, Crescimento e Emprego” (PND, 2012, p. 13)

O Programa eleitoral UNITA 2017 – Agenda 2030 visa o resgate da cidadania, a afirmação da nacionalidade angolana, seu sistema de valores, o sistema político, a reestruturação da economia, a construção do futuro e a integração de Angola na economia global (UNITA, 2017 p. 8). O Programa governo MPLA 2012-2017 apresenta-se como “um instrumento governativo centrado no Povo” (MPLA, 2012, p.18).

A CRA 2010 apresenta como eixo prioritário “a construção de uma sociedade fundada na equidade de oportunidades, no compromisso, na fraternidade e na unidade na diversidade” (CRA, 2010, p. 2). A LDNFA por seu turno busca a promoção da defesa nacional, garantindo a liberdade e segurança conforme decorre do comando constitucional que lhe dá sustentabilidade.

No capítulo relativo as Aspirações, que configura aquilo que se deseja, a Agenda África 2063 busca a construção de uma África próspera, integrada, bem governada, com uma forte identidade cultural em desenvolvimento e orientado para as pessoas constituindo-se como um actor mundial.

A Estratégia Angola 2025, evoca o desejo de ver Angola como um país de futuro, com sustentabilidade, equidade e modernidade. O PND 2013-2017 segue a mesma linha invocando o desejo por um desenvolvimento Sustentável, Equitativo e Pujante de Angola (PND, 2012, pag. 13).

O Programa governo MPLA 2012-2017 deseja combater a fome e a pobreza extrema, aumentando a qualidade de vida do povo angolano e transformar a riqueza

potencial em riqueza real e tangível (MPLA, 2012, p.18). O Programa eleitoral UNITA 2017 – Agenda 2030 por sua vez e possivelmente pela sua condição de alternância de governo, deseja estabelecer uma ruptura com o status quo, evocando o estabelecimento de fundamentos de um novo contrato social que vincule os poderes públicos futuros, nas próximas décadas (UNITA, 2017 p. 8).

Na CRA de 2010 são evocadas como aspirações, a resposta aos anseios do povo angolano, em matéria de estabilidade, dignidade, liberdade, desenvolvimento e edificação de um país moderno, próspero, inclusivo, democrático e socialmente justo (CRA, 2010, p. 3). A LDNFA seguindo sempre a sua linha de sustentação, a CRA, evoca o desejo de garantir a Independência nacional, a integridade territorial e a liberdade e a segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaça externa, no quadro da ordem constitucional instituída e do direito internacional (art. 1.º LDNFA).

No concernente aos IN, a Agenda África 2063 pretende salvaguardar a autonomia e a liberdade de acção no contexto mundial e a integração e desenvolvimento do continente africano. A Estratégia Angola 2025 por seu turno pretende assegurar um desenvolvimento Sustentável num ambiente de Pacificação Nacional e equidade (Angola 2025, p. II).

O PND 2013-2017 pretende assegurar o aumento da qualidade de vida do povo angolano de Cabinda ao Cunene (PND, 2012, p. 13). O Programa governo MPLA 2012-2017 procura tornar realidade os anseios dos angolanos (MPLA, 2012, p.19). Quanto ao Programa eleitoral UNITA 2017 – Agenda 2030, busca traçar um novo rumo para Angola, estabelecendo uma ruptura com as políticas actuais, invocando a necessidade de novos valores e novas lideranças, um novo contrato social, uma nova economia e nova cultura de governação (UNITA, 2017 p. 10)

A CRA de 2010 visa a salvaguarda da Independência, Soberania e Unidade do Estado democrático de direito e a garantia dos direitos e liberdades fundamentais do ser humano (CRA, 2010, p. 3). A LDNFA, na linha da CRA 2010 da qual emana, visa a defesa e salvaguarda do previsto naquele documento.

Quanto aos ON, na Agenda África 2063, foram identificados 20 objectivos que cobrem todas as esferas na organização das unidades políticas que integram a UA, vão

desde objectivos ligados a economia, a tecnologia, a segurança, a organização política, com o objectivo oito a apontar para a instituição de federação ou confederação de Estados africanos. O objectivo dezanove visa o posicionamento de África como parceiro importante nos assuntos globais e por último, o objectivo vinte, visa a autonomia da África, com esta a se responsabilizar pelo financiamento do seu próprio desenvolvimento.

A Estratégia Angola 2025 pretende preservar a unidade e coesão nacional, a melhoria das condições de vida e a inserção competitiva de Angola no contexto internacional. O PND 2013-2017 estando na mesma linha aponta para os mesmos objectivos. O Programa governo MPLA 2012-2017 elege os mesmos objectivos que a Estratégia Angola 2025 e o PND 2012-2017 (MPLA, 2012, p.18).

O Programa eleitoral UNITA 2017 – Agenda 2030 procura a garantia e o resgate da cidadania, gestão inclusiva e participativa da coisa pública, controlo da actividade governativa pelo cidadão. Aponta também para a promoção da construção do futuro através do diálogo, a promoção do crescimento económico, o progresso social; a conservação da cultura e dos valores regionais e a garantia da afirmação de Angola como uma referência de Governança e Gestão Pública (UNITA, 2017 p. 15).

A CRA 2010, no seu capítulo I com o título Tarefas Fundamentais do Estado, faz uma descrição exaustiva dos objectivos do Estado angolano das alíneas a) à q) do art. 21.º da CRA 2010. Os objectivos⁶⁵ descritos cobrem todas as áreas da vida social. A LDNFA conforme estatuído na constituição, procura garantir a independência nacional em todas as suas extensões, desenvolvendo capacidades morais e materiais da Comunidade Nacional para esta finalidade.

Da análise nota-se uma coincidência das AN - aquilo que se deseja - evocadas na maior parte dos documentos, avulta, a prosperidade, a integração, boa governação, forte identidade cultural, afirmação mundial. Também temos referências ao desenvolvimento Sustentável, a materialização dos anseios do povo, o respeito pela ordem constitucional, a soberania, a independência, a liberdade e transformação da riqueza potencial em riqueza real e tangível. A única inconsistência aparece no Programa eleitoral UNITA 2017 –

⁶⁵ Para a leitura dos objectivos preconizados na CRA 2010, consultar o capítulo III, ponto 3.1 da presente dissertação sob o título Constituição da República de Angola.

Agenda 2030 que evoca a necessidade de estabelecimento de fundamentos de um novo contrato social embora concorde em essência com as aspirações acima aludidas (UNITA, 2017 p. 8).

No concernente a categoria IN - o que se pretende salvaguardar - também existe uma forte coincidência nos interesses identificados nos documentos, avulta a autonomia e liberdade de acção, a integração e desenvolvimento do continente, desenvolvimento sustentável, pacificação nacional, o aumento da qualidade de vida, realização dos anseios dos angolanos. O documento da UNITA aponta para a necessidade de uma ruptura com as políticas actuais, defendendo um novo rumo para Angola. A independência, soberania e unidade do Estado, garantia dos direitos e liberdades fundamentais do ser humano também são apontados como valores a salvaguardar.

Quanto a categoria relativa aos ON - o que o Estado procura atingir - avultam objectivos que cobrem todas as esferas na organização das unidades políticas, vão desde objectivos ligados a economia, a tecnologia, a segurança, a organização política, integração dos Estados africanos. Também a unidade e coesão nacional, a melhoria das condições de vida, inserção competitiva de Angola no contexto internacional. o resgate da cidadania, gestão inclusiva e participativa da coisa pública, o diálogo, crescimento económico, o progresso social; a conservação da cultura e dos valores regionais, Governança e Gestão Pública.

4.2 O CEN e os eixos centrais da estratégica total

A descrição efectuada no ponto anterior deixa evidente a transversalidade da preocupação com as dimensões políticas, económicas, culturais, militares e tecnológicas constante em todos os documentos seleccionados.

No concernente a dimensão política ressalta o compromisso com a construção de um Estado de direito democrático, a afirmação do continente africano, a garantia da independência nacional, integridade territorial, e a soberania nacional; a integração africana, com a promoção da criação dos Estados Unidos da África (Federais ou Confederados) com Instituições Financeiras e Monetárias Continentais funcionais e Infraestruturas cruzadas de classe mundial. A promoção da Unidade e da Coesão

Nacional, a boa governação. Criação da capacidade de influenciar os assuntos internacionais, o resgate da cidadania, a reforma profunda do Estado e da economia.

Na dimensão económica, para além da reforma da economia já mencionada, defende-se a efectivação progressiva dos direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos; a promoção do bem-estar, a erradicação da pobreza; promoção do desenvolvimento sustentável, competitivo e equitativo, tanto a nível nacional como continental. A promoção da inserção competitiva da economia angolana no Contexto Regional e Mundial.

Na dimensão cultural, a efectivação dos direitos culturais a que já se fez alusão, junta-se a protecção e a valorização das línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e comunicação, o desenvolvimento da cultura, artes e desporto. Também existe um compromisso em construir uma África com uma forte identidade cultural, herança, valor e ética comuns. O resgate da cidadania, a afirmação da nova identidade de Angola no mundo é também defendida.

Quanto a dimensão militar defende-se a necessidade de assegurar a paz e a segurança em África. Preservar a Estabilidade e consolidar o processo de pacificação em Angola. Garantir a soberania do Estado, a independência nacional, a integridade do território e os valores fundamentais da ordem constitucional.

E na dimensão tecnológica, ressalta o compromisso com a promoção da excelência, qualidade e inovação. A promoção e desenvolvimento da Ciência, Tecnologia, Inovação e Industrialização baseada na produção e no ensino e desenvolvimento de competências apoiadas pela Ciência, Tecnologia e Inovação.

4.3 O CEN e a afinidade dos instrumentos políticos

Como apontado no enquadramento metodológico, a avaliação do grau de integração/afinidade entre os documentos seleccionados no presente trabalho será feita com base na origem/motivação da sua produção, ou seja, o princípio fundador dos mesmos. A análise segue a linha dos critérios de classificação adoptados na metodologia (cf. Livro de códigos em apêndice).

A Agenda Africa 2063 está directamente relacionada com a Estratégia Angola 2025 atestando inclusive a necessidade de esta se alinhar a Agenda. Da observação atrás, resulta o facto do PND 2013-2017 também estar alinhado com a Agenda 2063 por resultar da Estratégia Angola 2025. O programa do governo MPLA 2012-2017 também acaba por ter o mesmo nível de integração porque segue de perto a implementação do Angola 2025.

O Programa eleitoral UNITA 2017 – Agenda 2030 não faz nenhuma referência a Agenda 2063 mas ainda assim defende valores fundamentais que coincidem com valores enformadores da Agenda 2063, quando preconiza que “Como país africano, membro da SADC e da CPLP, Angola reafirmará o seu empenhamento no desenvolvimento da Política Externa e de Segurança Comum (...) no interesse da paz democrática e da dignidade africana e em cooperação estruturada, permanente, com as organizações internacionais e regionais” (UNITA, 2017, p. 69). A CRA 2010 e a LDNFA acabam por estar alinhados com a Agenda 2063, embora não resultem directamente da mesma.

A Estratégia Angola 2025 como vimos anteriormente, está estruturalmente ligada a Agenda 2063 da UA. O PND 2013-2017 é um subprograma da Estratégia Angola 2025, resultando directamente deste. O Programa governo MPLA 2012-2017 segue de perto a implementação da Estratégia Angola 2025 como aludimos anteriormente.

Quanto ao Programa eleitoral UNITA 2017 – Agenda 2030, este apresenta divergências de fundo com o Estratégia Angola 2025, possivelmente pela condição do seu autor, que é um partido que almeja ser alternativa de governo, quando assume um plano de médio prazo que visa “o resgate da cidadania, a reforma profunda do Estado e da economia e a afirmação da nova identidade de Angola no mundo.” (UNITA, 2017, p. 13). Convém notar, no entanto, que apesar das divergências constatadas acima, existe uma convergência nos aspectos relacionados com a necessidade de salvaguardar os fins últimos do Estado (cf. nota 5).

A Estratégia Angola 2025 acaba por estar alinhada também com a CRA 2010 e a LDNFA, por se poder depreender que muitos dos propósitos Estratégia visam a materialização do estatuído nestes documentos. Da observação anterior resulta a evidencia do alinhamento do programa de governo MPLA 2012-2017 com a CRA 2010 e consequentemente com a LDNFA.

A relação entre o Programa governo MPLA 2012-2017, a Agenda Africa 2063, a Estratégia Angola 2025 e o PND 2013-2017 já está plenamente argumentada conforme resulta da discussão anterior.

Passamos a analisar a relação entre Programa governo MPLA 2012-2017 e o Programa eleitoral UNITA 2017 – Agenda 2030, este último como já tivemos oportunidade de avançar, constitui um contraponto ao primeiro, porque segundo a UNITA “Angola é governada por uma oligarquia que instalou no país um poder autoritário que controla os recursos económicos e funciona como força de bloqueio ao triunfo do ideal democrático e ao funcionamento de suas instituições.” (UNITA, 2017, p. 9). Defendem também “a construção do futuro, na sequência do exercício, pelo povo soberano de Angola, de um novo poder constituinte, rumo à construção de uma nova nação, uma verdadeira República.” (UNITA, 2017, p. 8).

A relação entre o Programa eleitoral UNITA 2017 – Agenda 2030, com a Agenda Africa 2063, a Estratégia Angola 2025, o PND 2013-2017 e inclusive com programa de Governo MPLA 2012-2017 já foi discutida anteriormente quando se analisou estes documentos, pelo que remetemos para aquela discussão.

Agora vamos concentrar a nossa análise na relação entre o Programa eleitoral UNITA 2017 – Agenda 2030 com a CRA 2010 e a LDNFA. Como se pode depreender da análise que tem sido feita, nas linhas anteriores, existe uma não concordância da UNITA com a CRA 2010 em termos de princípio, que classifica de “uma Constituição atípica.” (UNITA, 2017, p. 10) advogando inclusive a necessidade da sua alteração por “um novo poder constituinte, rumo à construção de uma nova nação, uma verdadeira República.” (UNITA, 2017, p. 8).

Reiteramos a nossa chamada de atenção pelo facto desta divergência não comprometer o consenso necessário naquilo a que os fins últimos do Estado dizem respeito. Deste consenso mínimo resulta o compromisso implícito no Programa eleitoral UNITA 2017 – Agenda 2030 no cumprimento dos objectivos do Estado patentes na CRA 2010 e consequentemente na LDNFA.

Da aplicação dos critérios classificatórios (cf. Livro de códigos) considerando a análise em presença, resultou a matriz comparativa que se segue

Figura II. Matriz de afinidade/integração

	Africa 2063	Estratégia Angola 2025	PND 2013-2017	Programa governo MPLA 2012-2017	Programa eleitoral UNITA 2017 – Agenda 2030	CRA 2010	LDNFA
Africa 2063		4	4	3	3	3	3
Estratégia Angola 2025	4		5	5	2	3	3
PND 2013-2017	4	5		5	2	3	3
Programa governo MPLA 2012-2017	3	5	5		2	4	4
Programa eleitoral UNITA 2017 – Agenda 2030	3	2	2	2		2	3
CRA 2010	3	3	3	4	2		5
LDNFA	3	3	3	4	3	5	

1- Nulo; 2- Fraco; 3- Médio; 4- Alto; 5- Muito alto

Fonte: Produzida pelo autor com base nos documentos analisados

A análise inicial da matriz com quarenta e duas combinações possíveis, permitiu-nos concluir que o número 3 (Grau de Afinidade/Integração Médio) se apresenta com maior frequência, dezoito vezes, ou seja, representa 42,87%. O número 4 (Grau de Afinidade/Integração Alto), o número 5 (Grau de Afinidade/Integração Muito alto) e o número 2 (Grau de Afinidade/Integração fraco) seguem em segunda posição ambos com

oito frequências, representando 19,04% cada. Não há registo de ocorrência do valor 1 (Grau de Afinidade/Integração Nulo).

Uma leitura complementar/minuciosa da matriz permiti-nos concluir que existe um maior grau de afinidade/integração entre a Agenda Africa 2063, Angola 2025, o PND 2013-2017 e o programa de governo do MPLA. Outra relação de proximidade 5 (Grau de Afinidade/Integração Muito alto) pode ser estabelecida entre a CRA 2010 e a LDNFA e entre estes e o programa de governo de MPLA 2012 – 2017 existe um grau de integração de nível 4 (Grau de Afinidade/Integração Alto).

O documento com menor grau de afinidade/integração com os demais, é o programa eleitoral da UNITA – Agenda 2030, representado oito frequências do número 2 (Grau de Afinidade/Integração Fraco) acima indicadas. A título de curiosidade, o programa eleitoral da UNITA – Agenda 2030 faz referência a CRA 2010 em oito ocasiões, e em todas elas, com um pendor crítico e não com a pretensão de - como seria de desejar, do ponto de vista do CEN - adequar o seu programa aos ditames da mesma. Ele apresenta maior Afinidade/Integração com a Agenda Africa 2063 e a LDNFA com o nível 3 (Grau de afinidade/integração Médio).

Sublinhamos o facto de não ter sido identificado nenhuma situação em que a afinidade/integração possa ser enquadrada no nível 1 (Grau de Afinidade/Integração Nulo).

Da análise acima, podemos concluir que o grau de afinidade/integração do princípio fundador dos documentos seleccionados pode ser enquadrado no nível 3 (Grau de afinidade/integração Médio) por esta ser a mais frequente. É de suma importância o facto de não se poder estabelecer uma relação Nula entre os documentos. Apesar de ser positivo os aspectos apontados anteriormente, constitui motivo de preocupação, o facto dos programas dos dois principais partidos do sistema político angolano apresentarem um elevado grau de desintegração, ou seja, serem bastante divergentes.

4.4 Os instrumentos políticos, as Aspirações, Interesses, Objectivos nacionais e os eixos centrais da estratégia total

As análises prévias desenvolvidas nos dois pontos iniciais do presente capítulo, relativos às dimensões das AN, IN e ON; dos instrumentos políticos objecto de análise na presente dissertação - a CRA 2010, a estratégia África no horizonte 2063, a Estratégia Angola 2025, o Programa de governo MPLA 2012-2017, o Programa eleitoral UNITA e a Agenda Angola 2030 e a Lei da Defesa Nacional; e dos eixos centrais da estratégia total consubstanciados nas dimensões políticas, económicas, culturais, militares e tecnológicas conjugados com o terceiro ponto, relativo à análise do nível de afinidade dos instrumentos políticos com o CEN, ajuda-nos a estabelecer relações óbvias e de interesse para o nosso estudo.

Assim, é interessante notar que os instrumentos políticos analisados derivam e/ou vão ao encontro das Aspirações, Interesses e Objectivos nacionais dos angolanos, pese embora a não concordância absoluta dos mesmos, conforme facilmente e de forma ilustrativa se pode depreender da leitura da matriz de afinidade/integração. O mesmo sucede com os eixos centrais da estratégia total por estar evidente também o tratamento dos aspectos políticos, económicos, culturais, militares e tecnológicos nos instrumentos analisados. Neste último, a maior divergência pode ser constatada ao nível do eixo político onde existe um extremar de posições dos dois principais actores políticos angolanos.

É interessante notar também que todos os documentos analisados identificam os eixos centrais da Estratégia Total, discorrendo sobre as dimensões política, económica, cultural, militar e tecnológica.

CONCLUSÕES

Grandes linhas do procedimento seguido

Chegados a este ponto, o corolário lógico é evidenciar os aspectos centrais que fomos analisando ao longo do estudo e apresentar os resultados atingidos, assim, entendemos ser pertinente revisitar os pontos centrais do nosso estudo.

Num primeiro momento, torna-se necessário apresentar a articulação da concepção teórica do CEN com os elementos de análise a vários níveis. Depois, temos as covariações ou associações inferidas entre os documentos selecionados nas suas dimensões categoriais das Aspirações, Interesses e Objectivos nacionais. E por fim, o tratamento dado aos eixos centrais da estratégica total e o grau de afinidade/integração que se conseguiu estabelecer entre os instrumentos/documentos que foram objecto de análise.

Como condições necessárias para a concepção e execução de uma grande estratégia, identificou-se elementos teóricos como os níveis de decisão e execução (Ribeiro, 2009; Coutau-Bégarie, 1999), a necessidade de um consenso mais alargado possível na definição do CEN (Correia J. Â, 2015), a influência dos factores exógenos sobre a Liderança (Correia J. Â, 2015), as práticas processuais, a durabilidade em termos de abrangência temporal e os factores ligados ao poder no seio do Estado (Biddle, 2015 ; Correia J. Â, 2015).

Em relação aos níveis de decisão e execução, o nosso estudo permitiu identificar a existência de uma articulação entre os órgãos de soberania ao nível da CRA 2010 e entre estes e os demais órgãos que deles dependem. Fica por evidenciar no entanto, em que medida as estratégias, particular, geral e total são articuladas, sobretudo se considerarmos a existência de entidades paralelas ao exercício da actividade governamental, os *Law in Action* que constituem a sede de apoio ao PR que “acabam por deter maior poder do que um ministro” (Pegado, 2014, pp. 186-187).

É evidente a necessidade de um consenso alargado para o sucesso da concepção e execução de um CEN, na nossa análise fica demonstrado que, embora não exista uma ruptura total nas questões relacionadas com os fins últimos do Estado - dos quais

dependem a sobrevivência da Nação - a divergência acentuada entre a UNITA e o MPLA acaba por se constituir um factor condicionador, do ponto de vista do consenso. Outro factor adicional de preocupação, está relacionado com a posição da UNITA em relação a CRA 2010, um documento que se quer aglutinador e representativo da vontade nacional.

Em relação as práticas processuais, que remetem para os hábitos e as práticas prosseguidas por um determinado Estado a nível do planeamento e formulação de planos programados, nota-se claramente a presença da componente de planeamento, o facto de estarmos a discutir a Agenda Angola 2025, a Agenda 2030 da UNITA e a Agenda Africa 2063, é disso evidência.

No que a durabilidade diz respeito, os documentos analisados, em geral, podem ser enquadrados em planos de curto, médio e longo prazo, longe de uma vigência indeterminada e imprevisível que se entende desejável. Nesta dimensão, convém notar que a CRA 2010 constitui uma excepção, na medida em que do ponto de vista do limite temporal, podemos classificá-la como rígida “A Assembleia Nacional pode rever a constituição, decorridos cinco anos da sua entrada em vigor ou da última revisão ordinária.” (CRA, art. 235.º). Do ponto de vista do limite material, esta pode ser classificada como imutável em matérias essenciais, relacionadas com os interesses nacionais “A independência, integridade territorial e unidade nacional;” (CRA, art. n.º 236.º, alínea b) não sendo possível a alteração deste ditame constitucional em nenhuma circunstância.

A influência dos factores exógenos na liderança é bem notória na generalidade dos documentos analisados, visto ser possível identificar a preocupação em avaliar a conjuntura interna e externa e a percepção/consciência em agir em conformidade. Os factores ligados ao Poder e Política no seio do Estado estão na base da divergência de posições entre os dois principais actores políticos angolanos, como foi possível concluir na análise da afinidade/integração do conteúdo constante dos seus documentos programáticos.

No aspecto relativo as dimensões/categorias das Aspirações, Interesses e Objectivos nacionais, a análise permitiu-nos identificar covariações ou associações entre os documentos seleccionados. No relativo as aspirações, nota-se uma coincidência das

aspirações nacionais, o que também acontece na categoria Interesse nacional. A única divergência digna de nota/registo aparece nas posições da UNITA em relação a algumas destas categorias como ficou evidente na fase da discussão (cf. cap. III, ponto 3.5).

Os Objectivos nacionais também acabam por ser coincidentes nas finalidades para que apontam, existindo alguma divergência na forma como os actores/intervenientes entendem que devem ser prosseguidos, e neste particular a divergência reside nas posições dos dois principais partidos do sistema político angolano, que associamos a mecanismos de disputas/luta pelo poder, que é compreensível e até certo ponto salutar, no quadro de um sistema que se quer democrático e plural, onde a disputa pela aquisição e manutenção do poder reside em apontar alternativas de governação.

Em relação a presença dos eixos centrais da estratégica total, todos os documentos analisados acabam por identificá-los, estando patente o tratamento das dimensões política, económica, cultural, militar e tecnológica.

Também concluímos que existe uma afinidade/integração entre os instrumentos políticos, embora não seja a ideal, ela se reveste de importância capital, por se constituir um ponto de partida. Temos também a apontar o facto de não se poder estabelecer uma relação Nula entre os documentos analisados como um facto positivo.

A necessidade de construção de uma consciência geopolítica viva e activa através da instituição de um poder organizacional competente e dinâmico levou-nos a analisar os aspectos organizacionais e de planeamento do Estado angolano e entidades afins, com o intuito de identificar e deduzir a existência de elementos que possam configurar a existência de um CEN angolano e a sua evolução, no período de 2002 a 2017 que é o propósito da presente dissertação.

Atendendo a nossa pergunta de partida “Existem elementos que configuram um conceito estratégico nacional no período 2002 a 2017? e os objectivos formulados, foi-nos possível chegar as seguintes conclusões parciais:

1. Identificamos correlação e/ou associações entre o conteúdo dos documentos seleccionados.

2. Identificamos a preocupação de todos os documentos com as dimensões política, económica, cultural, militar e tecnológica enquanto eixos centrais da Estratégia Total.
3. O grau de afinidade/integração dos documentos selecionados é no geral Médio (3)
4. Existe articulação, em maior ou menor grau, dos elementos teóricos essenciais à concepção e execução de um CEN com o conteúdo dos documentos analisados.

As quatro conclusões parciais acima enunciadas, não permitem evidenciar a emergência de “Uma grande ideia estratégica nacional de materialização dos objectivos nacionais (...) adequada ao ambiente externo e interno, destinada a garantir a manutenção do País numa posição favorável, de tal forma que seja difícil aos seus contendores provocar-lhe prejuízos.” (Ribeiro, 2010, p. 56).

Por isso e respondendo a nossa pergunta de partida, somos a concluir que não existem elementos que configuram a existência de um CEN no período analisado (2002-2017), o mesmo entendimento é partilhado por (Veríssimo G. d., 2014, p. 279) que fala “(...) na falta de um conceito estratégico nacional formalmente definido (...)” embora o nosso entendimento do CEN ultrapasse o aspecto da definição formal, que como aponta a literatura, é uma condição desejável mas não é impeditiva da existência de um CEN desde que exista, entre outros, uma vontade consciente e partilhada pela comunidade nacional neste sentido.

Da não existência de elementos que configuram um CEN, conforme se concluiu, resulta, como se torna evidente, a impossibilidade de determinar a sua evolução no período analisado, aspecto que também constitui propósito do presente estudo.

Não obstante concluirmos pela não existência de elementos que configuram um CEN, somos de opinião que Angola está preparada para conceber e implementar um CEN, isto porque tem a “percepção do que se passa no mundo e afecta a comunidade nacional e formula planos programados” (Correia J. Â., 2015, p. 41).

Um dos desafios que identificamos na concepção e implementação de um CEN para Angola, está associado a polarização “(...) em perspectivas ideológicas demasiado separadas e diferenciadas,” (Correia J. Â., 2015, p. 63) dos principais actores políticos, o MPLA e a UNITA. Isto se considerarmos que a UNITA, pela sua posição, de maior

partido da oposição se constitui como a principal alternância a governação em Angola⁶⁶ no contexto do sistema político partidário angolano, o que coloca em risco a durabilidade que se requer de um CEN. A este facto, não estará alheio “*the complications of domestic politics;*” (Biddle, 2015, p. 4).

Contributos para o conhecimento

O contributo para o conhecimento que advém deste estudo, está relacionado com os limites identificados, que dão pistas para futuras investigações, o que trará um maior entendimento ao tema em estudo.

Uma das limitações prende-se com o facto de não ter sido possível explorar o grau de sucesso da comunicação das estratégias adoptadas, isso se considerarmos os desafios de comunicação inerentes a materialização de um CEN conforme indica (Biddle, 2015). A esse nível seria de interesse para este estudo aferir esta dimensão.

Propomos que em investigações futuras se trabalhe no sentido de aferir até que ponto a informação flui entre as várias entidades envolvidas neste processo e inclusive até que ponto os quadros superiores e intermédios da administração do Estado incorporam estes instrumentos de planeamento no seu processo de tomada de decisão – os níveis de decisão e execução.

Esta comunicação deve ser estendida também a toda a população porque segundo (Veríssimo G. d., 2014, p. 281) um Conceito Estratégico Nacional Angolano pressupõe “(...) que cada angolano encontre o seu lugar específico na construção da nação.” e isto no nosso entender passa por garantir a participação dos mesmos neste processo.

A investigação passaria por aplicação de questionários, complementados com a análise do *rationale* das actuações dessas entidades e seus agentes e se possível aferir até que ponto a sociedade conhece e apoia ou não estes processos.

Outra limitação identificada e que carece de maior aprofundamento em sede de pesquisa futura, está relacionada com o estabelecimento do papel das entidades paralelas

⁶⁶ Se considerarmos os aumentos sucessivos do seu *score* nos pleitos eleitorais (cf. cap. III, ponto 3.1).

ao exercício da actividade governamental, os *Law in Action* no processo de concepção e execução do planeamento estratégico.

Seria pertinente perceber a influencia que estes detêm no processo de planeamento em Angola, isto passa pela identificação e quantificação das comissões instituídas em que estes participam e do papel que aí jogam. Aqui também se coloca a articulação entre os vários níveis de decisão na estratégia.

Contributos de ordem prática

Em termos práticos o resultado da nossa investigação irá ajudar a quem use o poder em Angola a instituir um poder organizacional competente e dinâmico parafraseando Luís de Oliveira Fontoura *In* (Veríssimo G. , 2013, p. XXIII). Este é o nosso entendimento porque a investigação identifica os limites e desafios do actual sistema/modelo de planeamento com vista a construção de um CEN, o que permite a sua melhoria, contando que integre os vários instrumentos de planeamento sobre o país, a visão e o nível de envolvimento das várias entidades/actores envolvidas no processo de planeamento estratégico e a consideração dos elementos apontados na dimensão teórica como necessários ao sucesso da concepção e execução de um CEN.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

OBRAS GERAIS

- Almeida, P. V. (2012). *Do Poder do Pequeno Estado*. Lisboa: ISCSP.
- Aron, R. (2002). *Paz e Guerra entre as Nações*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília.
- Beaufre, G. A. (1985). *introduction á la stratégie*. Paris: Économica.
- Biddle, T. D. (2015). *Strategy and Grand Strategy: What Students and Practitioners Need to Know*. Carlisle Barracks, PA: UNITED STATES ARMY WAR COLLEGE PRESS.
- Cardoso, P. (s/d). *Necessidade de uma Visão Estratégica do Ensino da História*. Lisboa: ISCSP.
- Cook, T. I., & Moos, M. (Junho 1952). Foreign Policy: The Realism of Idealism. *The American Political Science Review*, Vol. 46, Nº2, 343-356.
- Correia, J. Â. (2015). *Conceito Estratégico Nacional Subsídios para a sua aplicação a Portugal*. Lisboa: ISCSP.
- Correia, P. P. (2018). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia*. Lisboa: Edições 70.
- Coutau-Bégarie, H. (1999). *Traité de Stratégie 2 édition* (2 ed.). Paris: Économica.
- Couto, A. C. (1988). *Elementos de estratégia*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.
- Eekelen, W. F. (2010). *The Definition of a National Strategic Concept*. (A. S. (ASPECT), Ed.) Geneva: Geneva Centre for the Democratic Control of Armed Forces (DCAF).
- Gaddis, J. L. (2009). *What Is Grand Strategy? American Grand Strategy after War*. Duke University.
- Galbraith, J. K. (1983). *Anatomia do Poder*. Lisboa: Difel.
- Gallois, P. M. (1990). *Geoplitiques Les voies de la puissance*. Paris: Fondation des Études de Défence national PLON.
- Lara, A. d. (2009). *Ciência Política Estudo da Ordem e da Subversão*. Lisboa: ISCSP.
- Martins, M. M. (2010). *Cidadania e Participação Política - temas e perspectivas de análise* - . Lisboa: ISCSP.

- Martins, R. F. (S/D). *Geopolítica e Geoestratégia – O Que São e Para Que Servem -* . Lisboa: Nação e Defesa, IDN.
- Moreira, A. (2003). *Ciência Política*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Ribeiro, A. S. (2009). *Teoria Geral da Estratégia*. Lisboa: Almedina.
- Ribeiro, A. S. (2010). *Política de Defesa Nacional Estratégia Militar Modelo de Elaboração*. Lisboa: Diário de Bordo.
- Rodrigues, C., Ramalho, P., Soares, P., Ferreira, R., da Rosa, F., Martins, M., . . . de Campos, L. (1992). *Evolução do Conceito Estratégico Nacional*. Em A. Moreira, & P. Cardoso, *Estratégia Vol. IV* (pp. 141-229). Lisboa: ISCSP.
- Rodrigues, J. J. (2013). *Os recursos energéticos estratégicos como factores de poder - A reorientação do domínio dos recursos petrolíferos após o embargo de 1973*. (Tese de Doutoramento). Lisboa: ISCSP.
- Romana, H. B. (2016). Da Cultura Estratégica: Uma abordagem sistémica e interdisciplinar. *R. ESc. Guerra Naval*, 13-32.
- Santos, J. L. (1983). *Incursões no Domínio da Estratégia*. Lisboa: FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN.
- Simpson, M. D. (1984). *Prerequisite for strategic planning : a concept of the national interest*. California: Dudley Knox Library.
- Veríssimo, G. (2013). *Elementos da Geopolítica e Geoestratégia*. Lisboa: Ler Devagar.

OBRAS DE APOIO TÉCNICO E METODOLÓGICO

- Academia de Ciências de Lisboa. (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa*. Lisboa: Verbo.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. (L. A. Reto, & A. Pinheiro, Trans.) Lisboa: Edições 70.
- Eco, U. (1997). *Como se faz uma tese em Ciências Humanas 2ª Edição*. Lisboa: Presença.
- Hsieh, H.-F., & Shannon, S. E. (2005). Three Approaches to Qualitative Content Analysis. *Qualitative Health Research*, 1277-1288.
- Krippendorff, K. (2004). *Content Analysis An Introduction to Its Methodology* (Second Edition ed.). London: Sage.
- Moreira, C. D. (2007). *Teorias e Práticas de Investigação*. Lisboa: ISCSP.

Neuendorf, K. A. (2002). *The Content Analysis Guidebook*. California: Sage Publications Inc.

Prodanov, C. C., & de Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. Nova Hamburgo-Brasil: UNIVERSIDADE FEEVALE.

Vala, J. (1986). A Análise de Conteúdo. Em A. S. Silva, & J. M. Pinto, *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 101-128). Porto: Afrontamento.

OBRAS ESPECÍFICAS

Bembe, M. C. (2014). *Partilha do Poder no Enclave Angolano de Cabinda: Modelo e Processo*. (Tese de doutoramento). Lisboa: ISCSP-UL.

Coutinho, F. F., & Guedes, A. M. (Setembro de 2007). Sobre o Sistema de Governo em Angola – Do Centralismo “Soviético” ao “Semi-Presidencialismo” Transicional até à Adopção de um Sistema de Governo Sui Generi. (I. D. Estrangeiros, Ed.) *Revista Publicação do* , 64-90.

Feijó, C. M. (Setembro de 2007). O Semi-Presidencialismo em Angola. Dos Casos à Teorização da Law in The Books e da Law in Action. *Negócios Estrangeiros*, 29-43.

Gomes, C. A. (2009). *De como o poder se produz: Angola e as suas transições*. (Tese de doutoramento). Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia.

Gonçalves, P. (2011). Angola e Portugal: Uma relação do passado que se projecta no futuro O eixo económico entre Luanda e Lisboa. Em J. F. Paiva, *A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional* (pp. 73-87). Lisboa: Quid Juris?

Pegado, A. (Novembro de 2014). Angola como potência regional emergente. Análise dos factores estratégicos. (M. -R. Sociais, Ed.) *Globalização, gestão e dinâmicas de desenvolvimento regional e local*, IV (8), pp. 173-200.

Rodrigues, A. A. (2013). *A Política Externa de Angola Durante a Guerra Fria (1975 - 1992)*. (Dissertação de Mestrado). Brasília: Universidade de Brasília.

Santos, O. d. (S/D). O Sistema Político de Angola de 1992 A 2012.

Tchova, D. C. (2015). *A Política Externa de Angola na África Austral (1975-1992)*. (Dissertação de Mestrado). Evora: Universidade de Evora.

Veríssimo, G. d. (2014). *A Posição Estratégica de Angola no Golfo da Guiné: Contributo às Políticas Externa e de Defesa*. (Tese de doutoramento em Estudos Estratégicos). Lisboa: ISCSP-UL.

Vidal, N. (2011). A Génese da Economia do Petróleo e dos “Esquemas” Impeditivos do Desenvolvimento. Em N. Vidal, & J. P. Andrade, *Economia Política e Desenvolvimento em Angola* (pp. 9-66). Luanda: Chá de Caxinde.

OBRAS OFICIAIS E OFICIOSAS

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA de 5 de Fevereiro de 2010. Diário da República nº 23 - I Série. Luanda: Assembleia Nacional. Pp. 141-187. Disponível em: http://cjcplp.org/wp-content/uploads/2015/09/constituicao_rep_angola.pdf. Acesso 10 de Julho de 2018.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE ANGOLA de 10 de Novembro de 1975. Diário de República nº 1 – I Série. Luanda. Disponível em: <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/01/LEI-CONSTITUCIONAL-de-1975.pdf>. Acesso 10 de Julho de 2018.

LEI n.º 12/91, de 06 de Maio de 1991. Diário da República nº 19 – I Série. Luanda: Assembleia Nacional. «Aprova a Lei da Revisão Constitucional».

LEI n.º 23/92, de 16 de Setembro. Diário de República nº 3/8 – I Série. Luanda: Assembleia Nacional. «Aprova a Lei da Revisão Constitucional». Disponível em: http://www.saflii.org/ao/legis/num_act/ldrc273.pdf. Acesso 20 de Agosto de 2018.

LEI n.º. 2/93, de 26 de Março de 1993. Diário da República nº. 12 – I Série. Luanda: Assembleia Nacional. «Aprova a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas». Disponível em: http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/1_def.pdf. Acesso 15 de Julho de 2018.

DECRETO PRESIDENCIAL n.º 43/10, de 6 de Maio. Diário da República n.º 84 - I Série. Luanda: Presidência da República. «Aprova o Estatuto Orgânico sobre a Organização e Funcionamento da Casa Civil e da Secretaria Geral do Presidente da República». Pp. 645-656. Disponível em: <http://www.prcasacivil.co.ao/pt/documentos/302e33a875fb6e6103e996397a13fce71965f2bd.pdf>. Acesso 20 de Julho de 2018.

DECRETO-LEI n.º 6/03, de 27 de Maio, Estabelece o Estatuto Orgânico do Ministério do Planeamento. Diário da República nº 41 - I Série. Luanda: Conselho de Ministros. Disponível em: <https://www.google.com/search?ei=IXmjW9-5IM2OatuupKAG&q=Decreto+Lei+n%C2%BA+6%2F03+de+27+de+Maio.+Estatuto+org%C3%A2nico+do+Minist%C3%A9rio+do+Planeamento&oq=Decreto+Lei+n%C2%BA+6%2F03+de+27+de+Maio.+Estatuto+org%C3%A2nico+do+Minist%C3%A9rio>

[+do+Planeamento&gs_l=psy-ab.3...3726532.3733951.0.3735109.46.22.0.0.0.0.267.2708.0j11j5.17.0....0...1.1j2.64.ps-y-ab..42.3.569.6..35i39k1.227.pNdoMBkgIJY](#). Acesso 28 de Agosto de 2018.

Angola, Governo de. (2007). *Angola um país com futuro: Sustentabilidade, Equidade, Modernidade. Estratégia de Desenvolvimento a Longo Prazo para Angola* (2025). Luanda: Ministério do Planeamento.

CUA. (2014). *Agenda 2063 A África Que Queremos- Plano de implementação para a primeira década - 2014-2023*. Addis Abeba: COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA.

HRW (2010). *Transparency and Accountability in Angola” An Update*. New York: HUMAN RIGHTS WATCH.

MPLA. (2012). *Programa do Governo do MPLA 2012 - 2017*. Angola.

UNITA. (2017). *ANGOLA 2030 GIP Governo Inclusivo e Participativo*. ANGOLA.

FONTES ELECTRÓNICAS

ANGONOTÍCIAS. (11 de 10 de 2017). *Doing Business 2017: Angola ocupa posição 182*. Fonte: <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/55934/doing-business-2017-angola-ocupa-posicao-182>

ANGOP. (19 de Julho de 2012). Nova Lei de Defesa Nacional colmata lacunas da anterior. Luanda, Angola. Acesso em 24 de Agosto de 2018, disponível em http://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2012/6/29/Nova-Lei-Defesa-Nacional-colmata-lacunas-anterior,8e9b87cb-fc9b-4d2b-a39d-7c1879907d18.html

ANGOP. (27 de Julho de 2018a). Integra do discurso do PR na 10ª Cimeira dos BRICS. Luanda, Angola. Acesso em 2018 de Setembro de 15, disponível em http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/politica/2018/6/30/Integra-discurso-Cimeira-dos-BRICS,e8aa8e96-86a8-45c8-b557-3542f2c5f887.html?version=mobile

ANGOP. (26 de 04 de 2018b). Aprovado Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022. Luanda, Angola. Acesso 25 de Julho de 2018, disponível em http://m.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/mobile/noticias/politica/2018/3/17/Aprovado-Plano-Desenvolvimento-Nacional-2018-2022,80a9beb4-3b39-4d0e-86d8-d578214d0bcd.html?version=mobile

Bembe, A. D. (10 de Dezembro de 2010). Análise do Processo de Paz no Enclave de Cabinda. *Identidades, Percursos e Clivagens nos PALOP*. (C. d. Internacionais,

Ed.) Acesso em 19 de 09 de 2019, disponível em
file:///C:/Users/H/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/cea-140%20(1).pdf

Carlomagno, M. C., & da Rocha, L. C. (2016). COMO CRIAR E CLASSIFICAR CATEGORIAS PARA FAZER ANÁLISE DE CONTEÚDO: UMA QUESTÃO METODOLÓGICA. *Revista Electronica de Ciência Política*, 7(1), 173-188.

Acesso em 30 de Agosto de 2018, disponível em
https://www.google.com/search?source=hp&ei=AFaIW8HdOqHjkgWYhK5w&q=livro+de+código+analise+de+conteudo&oq=livro+de+co&gs_l=psy-ab.1.0.35i39k1j0l9.6528.9173.0.13496.14.12.0.0.0.208.1506.0j10j1.12.0....0...1.1.64.psy-ab..2.12.1625.6..0i131k1.138.gt9oW7GTLT

CIA. (04 de 03 de 2018). *THE WORLD FACTBOOK Country Comparison - Crude Oil - Proved reserves*. Acesso 4 de Março de 2018, Fonte: THE WORLD FACTBOOK: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2244rank.html>

CIA. (31 de AGOSTO de 2018). *THE WORLDFACTBOOK*. Acesso 31 de Agosto de 2018, Fonte: CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY: https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/rawdata_2147.txt

Deutsche Welle. (26 de 06 de 2017). Manifestantes das Lundas condenados por criarem "desordem popular". *Manifestantes das Lundas condenados por criarem "desordem popular"*. Fonte: <https://www.dw.com/pt-002/manifestantes-das-lundas-condenados-por-criarem-desordem-popular/a-39481893>

Diário de Notícias. (23 de Agosto de 2017). As três anteriores eleições e respetivas vitórias do MPLA. Acesso em 31 de AGOSTO de 2018, disponível em <https://www.dn.pt/mundo/interior/as-tres-anteriores-eleicoes-e-respetivas-vitorias-do-mpla-8721386.html>

Diário de Notícias (12 de Junho de 2018). Parlamento angolano aprova relatório das propostas de leis das Forças Armadas. Acesso em 15 de Julho de 2018, disponível em <https://www.dn.pt/lusa/interior/parlamento-angolano-aprova-relatorio-das-propostas-de-leis-das-forcas-armadas-9443704.html>

Expresso. (25 de Agosto de 2017). MPLA vence eleições em Angola com 61,7% dos votos. Acesso em 30 de AGOSTO de 30, disponível em <https://expresso.sapo.pt/internacional/2017-08-25-MPLA-vence-eleicoes-em-Angola-com-617-dos-votos#gs.ukc=Jsw>

Human Rights Watch. (20 de Setembro de 2019). Fonte: <https://www.hrw.org/world-report/2018/country-chapters/angola>

INE. (04 de 03 de 2018). *População de Angola*. Fonte: INE: Acesso 4 de Março de 2018, <http://www.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=ine>

SONANGOL. (04 de 03 de 2018). *História do Crude em Angola*. Fonte: Acesso 4 de Março de 2018, SONANGOL:
<http://www.sonangol.co.ao/Portugu%C3%AAs/%C3%81reasDeAtividade/Explora%C3%A7%C3%A3o%20e%20Produ%C3%A7%C3%A3o/Paginas/Crude-em-Angola.aspx>

The World Bank. (20 de Setembro de 2019). *The World Bank in Angola*. Fonte:
<https://www.worldbank.org/en/country/angola/overview>

Transparency International. (20 de Setembro de 2019). Fonte:
<https://www.transparency.org/cpi2018>

APÊNDICE

Apêndice I – Livro de códigos

Livro de códigos ou “dicionário”

Esta ferramenta, como o próprio nome indica, resulta da necessidade de regras formais, claras, objetivas e escritas (formalizadas por completo, sobre a inclusão e exclusão de determinados conteúdos nas categorias criadas (Carlomagno & da Rocha, 2016, p. 178). Em definição, “as regras de uma análise de conteúdo especificam quais os sinais que devem ser classificados e em que categorias. Essas regras são, com efeito, regras semânticas para a linguagem da comunicação a ser analisada.” (JANIS, 1982 [1949], p. 55) Apud (Carlomagno & da Rocha, 2016, p. 178).

Considerando que “operational definitions for each category are determined using the theory.” (Hsieh & Shannon, 2005, p. 1281). No caso vertente, a delimitação daquilo que foi considerado como parte integrante de cada uma das categorias, resultou das definições adoptadas na conceptualização (cf. cap. I, ponto 1.1).

Por imposição do método seguido, passamos a explicitar os sinais que foram classificados em cada uma das categorias.

Para a categoria Aspirações nacionais, consideramos nesta categoria todas as mensagens onde esteja evocado implicitamente ou explicitamente aquilo que o Estado/Nação deseja. Por termos analisado um documento produzido fora do âmbito do Estado/Nação angolana, a Agenda Africa 2063, considerou-se as aspirações patentes neste documento que coincidem e/ou são aplicáveis a Angola por força da vinculação que o país tem com a entidade que o produziu. A particularidade da Agenda Africa 2063 é aplicada *ipsis verbis* as demais categorias. Para as Aspirações Nacionais considerou-se elementos que assumem um carácter idealista e utópico mesmo sem apresentar grande objectividade e consolidação.

Para a categoria Interesses Nacionais, seguindo a lógica acima enunciada, identificamos e incluímos os conteúdos manifestos de interesse nacional nos documentos. A nossa abordagem foi à luz da escola realista, onde os interesses correspondem a preocupações, por isso consideramos aquilo que o Estado/Nação pretende salvaguardar.

Em relação a categoria Objectivos Nacionais, considerou-se os conteúdos que identificavam de forma inequívoca aquilo que o Estado/Nação procura atingir. Neste

particular seguimos de perto as orientações de (Santos J. L., 1983, p. 45) “só deverá incluir aspectos realistas desde que correctamente formulados.”.

Aferição da afinidade/integração entre os documentos analisados

A aferição da afinidade/integração entre os documentos submetidos a análise, consistiu na identificação, numa perspectiva comparativa, de elementos transversais/discrepantes entre os vários documentos, no que a origem/motivação da sua produção diz respeito. Assim, foi possível com recurso a escala valorativa que apresentamos de seguida, estabelecer a integração/afinidade, resultando na produção de uma matriz comparativa (ver cap. V, ponto 5.1).

Para a leitura da matriz relativa a aferição da afinidade/integração entre os documentos em análise e considerando a necessidade de explicitar o sentido dado as classificações, importa esclarecer os critérios de classificação adoptados.

Assim, considera-se que o grau de Afinidade/Integração é:

Nulo (1) – Quando não é possível estabelecer nenhuma relação entre os documentos.

Fraco (2) – Quando a relação pode ser estabelecida de forma remota, mas existe uma contradição nos princípios enformadores dos documentos.

Médio (3) - Quando a relação pode ser estabelecida de forma remota, ou seja, por dedução, existindo uma coincidência entre os princípios enformadores dos documentos.

Alto (4) – Quando a relação existe, havendo menção de um documento no outro e exista concordância dos princípios enformadores dos documentos.

Muito alto (5) – Quando a relação existe, havendo obediência de um em relação ao outro, ou seja, um resulta do outro.

Apêndice II – Tabela síntese AN, ON e IN e os instrumentos analisados

Instrumentos	Aspirações	Interesses	Objectivos
Constituição da República de Angola	O preâmbulo da Constituição da República de Angola (2010), deixa evidente que esta resulta das aspirações do povo angolano, das suas tradições históricas e a sabedoria das lições da história do povo angolano.	Independência, a Soberania e a Unidade do Estado democrático e de direito. “A independência, integridade territorial e unidade nacional;” (CRA, art. n.º 236.º, alínea b)	Garantir a independência nacional, a integridade territorial, e a soberania nacional; (ii) Assegurar os direitos, liberdades e garantias fundamentais; (iii) Criar progressivamente as condições necessárias para tornar efetivos os direitos económicos, sociais e culturais dos cidadãos; (iv) Promover o bem-estar, a solidariedade social e a elevação da qualidade de vida do povo angolano, designadamente dos grupos populacionais mais desfavorecidos; (v) Promover a erradicação da pobreza; (vi) Promover políticas que assegurem o acesso universal ao ensino obrigatório gratuito, nos termos definidos por lei; (vii) Promover a igualdade de direitos e de oportunidades entre os angolanos, sem

			<p>preconceitos de origem, raça, filiação partidária, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação; (viii) Efetuar investimentos estratégicos, massivos e permanentes no capital humano, com destaque para o desenvolvimento integral das crianças e dos jovens, bem como na educação, na saúde, na economia primária e secundária e noutros sectores estruturantes para o desenvolvimento autossustentável; (ix) Assegurar a paz e a segurança nacional; (x) Promover a igualdade entre o homem e a mulher; (xi) Defender a democracia, assegurar e incentivar a participação democrática dos cidadãos e da sociedade civil na resolução dos problemas nacionais; (xii) Promover o desenvolvimento harmonioso e sustentado em todo o</p>
--	--	--	--

			<p>território nacional, protegendo o ambiente, os recursos naturais e o património histórico, cultural e artístico nacional;</p> <p>(xiii) Proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e comunicação; (xiv) Promover a melhoria sustentada dos índices de desenvolvimento humano dos angolanos; (xv) Promover a excelência, a qualidade, a inovação, o empreendedorismo, a eficiência e a modernidade no desempenho dos cidadãos, das instituições e das empresas e serviços, nos diversos aspectos da vida e sectores de atividade (art. 21º da CRA, 2010).</p>
Africa no horizonte 2063	1ª Aspiração: Uma África próspera baseada no crescimento inclusivo	“Uma África integrada, próspera e pacífica, impulsionada pelos seus	(1)Um Padrão de Vida elevado, Qualidade de Vida e Bem-estar para todos

<p>e desenvolvimento sustentável.</p> <p>2ª Aspiração: Um continente integrado; politicamente unido com base nos ideais do pan-africanismo e na visão do Renascimento da África.</p> <p>3ª Aspiração: Uma África de boa governação, que respeita os direitos humanos, justiça e estado de direito.</p> <p>4ª Aspiração: Uma África pacífica e segura.</p> <p>5ª Aspiração: Uma África com uma forte identidade cultural, herança, valor e ética comuns.</p> <p>6ª Aspiração: Uma África, onde o desenvolvimento seja orientado para as pessoas, confiando no potencial do povo Africano, especialmente na mulher e na juventude, e nos cuidados à criança.</p> <p>7ª Aspiração: África como actor, unida, resistente, forte e influente e parceira a nível mundial (CUA, 2014, p. 16)</p>	<p>próprios cidadãos, representando uma força dinâmica na arena internacional.” (CUA, 2014, p. 12).</p> <p>Crescimento económico sustentável e inclusivo; Desenvolvimento do Capital Humano; Agricultura/agregação de valor e desenvolvimento de agro-negócios; Geração de empregos, especialmente para jovens e mulheres; Protecção Social; Desenvolvimento do Género/Mulheres e capacitação da juventude; Boa governação, incluindo instituições capazes; Desenvolvimento de infra-estruturas; Ciência, Tecnologia, Inovação; Industrialização baseada na produção; Paz e Segurança; Cultura, Artes e Desporto (CUA, 2014, p. 6).</p>	<p>os Cidadãos. (2) Cidadãos bem educados e revolução de Competências apoiada pela Ciência, Tecnologia e Inovação. (3) Cidadãos saudáveis e bem nutridos. (4) Economias transformadas. (5) Agricultura moderna para aumentar a produtividade e a produção. (6) Economia azul/oceano para um crescimento económico acelerado. (7) Economias ambientalmente sustentáveis e resistentes às alterações climáticas. (8) Estados Unidos da África (Federais ou Confederados) (9) Instituições Financeiras e Monetárias Continentais implementadas e funcionais. (10) África com Infraestruturas cruzadas de classe mundial. (11) Valores democráticos, práticas, princípios universais dos direitos humanos, da justiça e do estado de direito bem estabelecidos. (12) Instituições adequadas e liderança transformadora implementadas. (13) Preservação da Paz, Segurança e Estabilidade. (14) Uma África Estável e Pacífica. (15) Uma APSA (Arquitetura Africana de Paz e Segurança) totalmente funcional e operacional. (16) Renascimento Cultural Africano é preeminente. (17)</p>
---	---	--

			Plena Igualdade de Género em Todas as Esferas da Vida. (18) Jovens e Crianças Envolvidos e Capacitados. (19) África como parceiro importante nos assuntos globais e coexistência pacífica. (20) A África assume plena responsabilidade de financiar o seu próprio desenvolvimento. (CUA, 2014, pp. 6-8).
Estratégia Angola 2025	<p>a) Promoção e Consolidação do Processo de Pacificação Nacional.</p> <p>b) Promoção do Desenvolvimento Sustentável, com Crescimento Económico e Erradicação da Pobreza. c) Promoção e Consolidação da Estabilidade Macroeconómica e Social. d) Edificação de uma Economia Nacional Integrada e) Redução das Assimetrias Regionais. (Angola, Governo de, 2007, p. II).</p>	<p>i) Eixo Prioritário 1: Assegurar o Desenvolvimento, a Estabilização, as Reformas, a Coesão Social e a Democracia; ii) Eixo Prioritário 2: Promover a Expansão do Emprego e o Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico; iii) Eixo Prioritário 3: Recuperar e Desenvolver as Infraestruturas de Apoio ao Desenvolvimento; iv) Eixo Prioritário 4: Promover o Desenvolvimento dos Sectores Económicos e Financeiros e a Competitividade; v) Eixo Prioritário 5: Apoiar o Desenvolvimento do Empreendedorismo e do Sector Privado; vi) Eixo Prioritário 6: Promover a Coesão Nacional e o Desenvolvimento</p>	<p>Garantir a Unidade e a Coesão Nacional; Construir uma Sociedade Democrática e Participativa, garantindo as liberdades e direitos fundamentais e o desenvolvimento da sociedade civil; Promover o Desenvolvimento Humano e o Bem-Estar dos Angolanos, assegurando a Melhoria da Qualidade de Vida, Combatendo a Fome e a Pobreza Extrema; Promover o Desenvolvimento Sustentável, Competitivo e Equitativo, garantindo o Futuro às Gerações</p>

		do Território. (ibidem).	Vindouras; Promover o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação; Apoiar o Desenvolvimento do Empreendedorismo e do Sector Privado; Desenvolver de Forma Harmoniosa o Território Nacional; Promover a Inserção Competitiva da Economia Angolana no Contexto Mundial e Regional (CUA, 2014, p. V6).
Programa governo MPLA 2012-2017	Consolidar a Paz, Reforçar a Democracia e Preservar a Unidade e Coesão Nacional; Garantir os Pressupostos Básicos Necessários ao Desenvolvimento; Melhorar a Qualidade de Vida dos Angolanos; Elevar a Inserção da Juventude na Vida Activa; Apoiar o Empresariado Nacional; Reforçar a Inserção Competitiva de Angola no Contexto Internacional. (MPLA, 2012, p. 18).		

A UNITA e a Agenda Angola 2030	uma plataforma para se resolver, de forma consensual e como comunidade política, as grandes questões que se nos colocam, como o resgate da cidadania, a afirmação da nacionalidade angolana, seu sistema de valores, o sistema político, a reestruturação da economia, a construção do futuro e a integração de Angola na economia global (...) convite à concórdia, ao progresso social e ao desenvolvimento económico. (UNITA, 2017, p. 8).	“a capacidade para garantir a Segurança do Estado e dos cidadãos (...) a capacidade para projectar segurança, no plano externo, e cooperar, no quadro dos sistemas de alianças, a favor da segurança regional e internacional.” (UNITA, 2017, p. 68).	a) garantir a soberania do Estado, a independência nacional, a integridade do território e os valores fundamentais da ordem constitucional; b) garantir a liberdade e a segurança física, alimentar, política, patrimonial e social das pessoas; c) garantir a liberdade de acção dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas e realização das funções e tarefas essenciais do Estado; e d) assegurar a manutenção da paz, em consonância com os interesses nacionais. (UNITA, 2017, p. 68).
Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas		a) garantir a Independência Nacional; b) assegurar a integridade do território; c) garantir a unidade nacional; d) salvaguardar a liberdade e a segurança das populações bem como a protecção dos bens e do património Nacional; e) garantir a liberdade de acção dos órgãos de soberania, o regular funcionamento das instituições democráticas e possibilitar a realização das tarefas fundamentais do Estado f) contribuir para o desenvolvimento das capacidades morais e	

		<p>materiais da Comunidade Nacional, de modo a permitir-lhe prevenir ou reagir pelos meios adequados a quaisquer ameaças ou agressões; g) assegurar a manutenção ou o estabelecimento da paz em condições que correspondam aos interesses nacionais (art. 3.º da LDNFA).</p>	
--	--	--	--